

DECLARAÇÃO sobre a POLÍTICA do PARTIDO COMUNISTA do BRASIL

LEIA, NA QUINTA PÁGINA, O TEXTO INTEGRAL DO DOCUMENTO APROVADO NA REUNIÃO DE MARÇO DÊSTE ANO PELO COMITÊ CENTRAL DO PCB, TRAÇANDO NOVA ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA OS COMUNISTAS BRASILEIROS

O PARTIDO E A SUA NOVA POLÍTICA

NO dia 25 próximo, o Partido Comunista do Brasil completará trinta e seis anos de existência. Nestes anos todos, o Partido, junto às massas e contando com a dedicação dos seus militantes, enfrentou e superou grandes dificuldades. A sua atuação se desenvolveu, até agora, quase sempre na ilegalidade e, em certos períodos, foi-lhe movida feroz perseguição policial. O mais importante é que o Partido teve forças para resistir a tudo isto, conservou sua organização e pôde concentrar em suas fileiras valioso contingente de combatentes de vanguarda, dedicados à causa da classe operária. O Partido sobreviveu a provas duras e hoje prossegue o seu avanço, o que permite estabelecer uma fecunda continuidade histórica entre o longo passado de lutas do Partido e a missão positiva que ele está chamado a desempenhar no presente e no futuro da vida brasileira.

A VITALIDADE do Partido Comunista do Brasil provém de suas profundas raízes históricas. A classe operária, que apareceu e cresce na sociedade brasileira, como resultado do desenvolvimento capitalista, tem necessidade de uma vanguarda marxista-leninista. Esta necessidade amadureceu e se tornou irresistível sob a influência da grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia, que abriu uma nova época no movimento operário mundial.

O PARTIDO Comunista do Brasil é um elemento genuinamente nacional na vida brasileira e, ao mesmo tempo, se vincula ao grandioso processo de transformações sociais, que se realiza em escala internacional e que encaminha toda a humanidade para o regime mais avançado do socialismo. A ação do Partido harmoniza, assim, razões essencialmente patrióticas a uma solidariedade internacionalista natural e imprescindível.

TRANSCORRE o 36º aniversário do Partido logo após o lançamento de uma Declaração política aprovada em recente reunião do Comitê Central e que divulgamos, na íntegra, na presente edição. A importância do documento reside em que ele traça uma política verdadeiramente nova, cuja formulação foi alcançada através de um laborioso exame autocrítico dos erros do passado.

A «DECLARAÇÃO sobre a política do Partido Comunista do Brasil» representa o resultado de persistente esforço para traçar uma política diretamente emanada da realidade brasileira em desenvolvimento, criadoramente interpretando esta realidade à luz dos princípios universais do marxismo-leninismo. A declaração constitui, por isto, um rompimento com o estilo dogmático de pensar, que dominou o Partido por longo tempo. Este rompimento — que deve se afirmar em todas as esferas de trabalho — não é mérito exclusivo de um pequeno grupo de dirigentes, mas mérito eminentemente coletivo do Partido, que chegou até a Declaração através de intensa e fecunda luta de opiniões em suas fileiras.

CELEBRANDO mais um aniversário do seu Partido, os comunistas recebem a Declaração aprovada pelo Comitê Central decididos a estudá-la e levá-la à prática com o entusiasmo e a abnegação, que sempre caracterizaram os militantes do Partido. Aplicar a linha política traçada na Declaração é agora o centro de toda a atividade do Partido. Na sua vida interna como, principalmente, no seu trabalho entre as massas e os aliados, os erros e os acertos do Partido devem ser vistos doravante à luz da aplicação desta linha política. Desta maneira se fará não somente a sua comprovação como também o seu enriquecimento, através da assimilação das experiências das lutas da classe operária e de todas as forças progressistas do povo brasileiro.

LEVAR as idéias da Declaração às mais vastas massas, não somente com a propaganda, mas fundamentalmente com a ação política — este é o nosso maior dever no momento presente.

A LIBERDADE DE PRESTES VITÓRIA DA DEMOCRACIA

REVOGANDO A ORDEM DE PRISÃO PREVENTIVA, O JUIZ MONJARDIM FILHO ATENDEU A UMA ASPIRAÇÃO DE TODAS AS CORRENTES DEMOCRÁTICAS DA OPINIÃO PÚBLICA — EM CONTACTO DIRETO COM O POVO BRASILEIRO, LUIZ CARLOS PRESTES PROSEGUIRÁ A LUTA PELAS SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS DOS PROBLEMAS DO PAÍS

OS DEMOCRATAS de todo o país receberam com justificada alegria a notícia, divulgada quarta-feira última, da revogação da ordem de prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes e outros implicados num processo de caráter político. A revogação foi anunciada pelo juiz José Monjardim Filho, titular da Terceira Vara Criminal da Justiça do Distrito Federal.

A revogação daquela ordem de prisão preventiva vem eliminar um dos aspectos negativos da vida política brasileira e significa importante avanço do processo de democratização, que está se afirmando no cenário nacional contra as resistências dos setores reacionários e pro-imperialistas.

Com base num processo de origem policial, arquitetado numa conjuntura

de ofensiva da reação, foi decretada em 1948 a prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes e de outros

na, os fatores de caráter progressista e se eleva o nível da luta pela emancipação nacional. Daí as

pender a uma aspiração não só dos comunistas, como de todos os setores que defendem a legalidade constitucional e as liberdades democráticas. Com esse ato, cessa uma discriminação que feria frontalmente a Carta Magna, uma vez que a assegura a todos os cidadãos, sem distinção, o direito de expor livremente as suas opiniões.

A volta de Luiz Carlos Prestes ao contacto direto com o povo brasileiro exercerá positiva influência na aglutinação das forças que hoje se empenham em encaminhar o Brasil para um desenvolvimento independente e progressista. Seguindo uma orientação construtiva, de luta pela realização de soluções imediatas, que acelerem o progresso do país e a sua emancipação da exploração pelo imperialismo norte-americano, os comunistas brasileiros se empenham em atuar do modo mais unitário para a coesão das forças nacionalistas e democráticas.



O juiz José Monjardim Filho.

líderes comunistas. Seguiu-se este ato à cassação do registro do P. C. B. e dos mandatos da bancada comunista no Parlamento. A ordem de prisão preventiva obrigou Prestes a uma clandestinidade de longos anos, privado do contacto com os seus companheiros de orientação política, com as massas do povo brasileiro e com a sua própria família.

Esta situação não podia, porém, perdurar numa fase em que se acentuam no país, favorecidos também pela situação internacio-

expressivas manifestações partidas dos mais diversos círculos de opinião, contra a manutenção da ordem de prisão preventiva. O ascenso do processo democrático entrava em contradição com aquela medida, que forçava à vida clandestina um homem de incontestável prestígio popular e líder de uma corrente política que se empenha com todas as suas forças na vitória da causa nacionalista e democrática.

O ato do juiz José Monjardim Filho veio corres-

Frente Unica Nacionalista em Todo o País Para Impedir a Vinda da American Can Co. (Leia na 12a. página)

PREÇO
Exemplar
3⁰⁰

VOZ OPERÁRIA

N. 459 — RIO DE JANEIRO, 22 DE MARÇO DE 1958



"Plano Rapacki" Pode Ser o Primeiro Passo Para o Desarmamento

CREAÇÃO DE UMA ZONA DESATOMIZADA NA EUROPA CENTRAL, MEDIDA REALISTA E VIÁVEL A FAVOR DA PAZ — EM QUE CONSISTE A PROPOSTA APRESENTADA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA POLÓNIA

O «Plano Rapacki» é hoje um dos assuntos internacionais mais debatidos. A proposta, que leva o nome do ministro das Relações Exteriores da Polónia, ganhou grande popularidade não só no mundo socialista, como nos países da Europa Ocidental.

A realização do «Plano Rapacki» seria um passo positivo de grandes consequências para o fortalecimento da causa da paz. Daí porque os dirigentes soviéticos tenham considerado que este deveria ser um dos assuntos a tratar na Conferência de Chefes de Estado.

Em que consiste o «Plano Rapacki»?

A exposição detalhada do Plano está contida num memorandum entregue pelo ministro das Relações Exteriores da Polónia, a 14 de fevereiro último, aos embaixadores da Tchecoslováquia, França, República Democrática Alemã, Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética, e aos encarregados de negócios da Bélgica, Canadá e Dinamarca. O memorandum foi transmitido ao governo da República Federal Alemã por intermédio do governo Sueco.

O PLANO EM SEUS DETALHES

No referido memorandum, o plano de criação de uma «Zona desatomizada» na Europa Central foi assim sistematizado:

I — A zona proposta deveria abranger os territórios da Polónia, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã e República Federal Alemã. Nesse território não seria produzida, nem estocada, a arma nuclear, e não se instalariam materiais, nem equipamentos destinados ao seu uso. Seria proibida a utilização da arma nuclear contra o território da zona.

II — O conteúdo dos compromissos decorrentes da criação da zona desatomizada se apoiaria nos seguintes princípios:

1) Os Estados compreendidos na zona se comprometeriam a não produzir, manter ou trazer para seus próprios fins e não permitir o desocultamento da arma atômica de qualquer tipo através de seu território, assim como a não instalar nem permitir a instalação, em seu território, de materiais e equipamentos destinados a servir à arma nuclear e às rampas de lançamento de foguetes.

2) As quatro potências

(França, Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética) se comprometeriam:

a) a não conservar armas nucleares no equipamento das forças armadas estacionadas sobre o território dos Estados dessa zona e a não manter, nem instalar, sobre esses territórios, material e equipamento que sejam destinados a servir a estas armas e às rampas de lançamento de foguetes,

b) a não entregar, por nenhum meio e a nenhum título, a arma atômica, assim como o material e o equipamento destinados ao seu serviço, aos governos ou outros órgãos neste território.

3) As potências que dispõem de armas nucleares deveriam adotar medidas para que essas armas não sejam utilizadas contra os territórios da zona desatomizada e, em particular, contra nenhum objetivo que se encontre sobre esses territórios. Desta maneira, essas potências comprometer-se-iam a respeitar o estatuto da zona desatomizada.

da, território no qual não haveria armas nucleares e contra o qual tais armas não poderiam ser utilizadas.

4) Os outros Estados que possuem tropas estacionadas no território de qualquer dos países compreendidos na zona comprometer-se-iam, igualmente, a não conservar armas nucleares no armamento de suas tropas, e a não entregar tais armas aos governos ou outros órgãos deste território. Não instalariam, também, nos territórios dos Estados pertencentes à zona nenhum equipamento ou material afeto ao serviço das armas nucleares e das rampas de lançamento de foguetes, nem os entregariam ao governo ou outros órgãos destes territórios.

Os meios e os modos de realização desses compromissos poderiam ser objeto de acordos detalhados.

III — Com o objetivo de assegurar a eficácia e a realização dos compromissos contidos no item II, alínea 1, 2 e 4 os países interessados comprometer-se-iam a estabelecer sobre os territórios de tal zona, um sistema de fiscalização amplo e eficaz e a se submeter à sua ação. Esse sistema de controle poderia ser terrestre e aéreo. Poder-se-ia, também, estabelecer pontos de fiscalização convenientes, com autorização e possibilidades de ação que garantam a eficácia da inspeção. Os pormenores e as modalidades de realização de tal controle podem ser estabelecidos, na base das experiências adquiridas até o presente nesse domínio, e dos projetos apresentados por diferentes países durante precedentes conversações de desarmamento na forma e no limite em que poderiam ser aplicados no território da zona.

(Conclui na página onze)



NOVA PROPOSTA DA U.R.S.S.

Acôrdo Para a Utilização Do Espaço Interplanetário

Acaba a União Soviética de adotar nova iniciativa conciliatória, em face dos sucessos e intermináveis obstáculos apresentados pelos Estados Unidos com fim de dificultar a realização de uma Conferência de Chefes de Estado. Como se sabe, Eisenhower, respondendo a uma das cartas de Bulganin, apresentou a exigência de que a URSS assinasse um acôrdo sobre a utilização pacífica do espaço sideral, como uma das condições prévias para a realização da Conferência.

A proposta de Eisenhower era sob o ponto de vista, ridícula. O presidente dos Es-

tados Unidos pretendeu fazer diversionismo, abandonando a realidade concreta das bases norte-americanas na Terra, dispostas em países estrangeiros, em torno das fronteiras da União Soviética, bem como das rampas para lançamento de foguetes com cabeças nucleares, e fingiu considerar que estava nos céus o perigo maior, e que antes de qualquer acôrdo sobre o desarmamento na Terra dever-se-ia estudar a utilização pacífica do espaço interplanetário. A exigência de Eisenhower passou então a ser apresentada pela propaganda norte-americana como cavalo de batalha, numa vã tentativa de fazer crer à opinião pública que da URSS partiam as dificuldades para um entendimento.

O governo soviético acaba no entanto, de declarar que está disposto não só a assinar um acôrdo sobre a utilização pacífica do espaço interplanetário como a participar de um plano gigantesco de cooperação internacional para o estudo e a exploração do mesmo incluindo o compromisso de só lançar foguetes e satélites de acôrdo com um programa aprovado internacionalmente. Em contrapartida, exige no entanto a União Soviética que um tal acôrdo seja realizado simultaneamente com a extinção de todas as bases militares situadas em território estrangeiro. Será difícil ao Departamento de Estado norte-americano convencer a opinião pública de que a União Soviética deveria apenas assumir os compromissos relativos ao espaço inter-continental, acelerando ao mesmo tempo que o seu território continui cercado por bases norte-americanas e rampas para lançamento de foguetes com bombas de hidrogénio.

A posição do Departamento de Estado norte-americano e de seus órgãos de propaganda e intriga tornou-se ainda mais difícil, não só em virtude de nova iniciativa soviética, como em consequência do acidente verificado na Carolina do Sul, com a queda de uma bomba atômica do avião que a transportava.

A bomba atômica propriamente não chegou a funcionar, por não ter explodido a carga de TNT que deveria atuar como espoleta, mas o simples impacto destruiu uma casa e feriu várias pessoas. Os estilhaços da bomba se espalharam, e estão sendo ativamente procurados pelas autoridades. Causou funda impressão em todo o mundo a advertência feita pelo governo soviético de que um acidente desse tipo poderia dar início a uma guerra mundial, no caso de ser difícil a identificação do avião transportador e de as autoridades militares ordenarem apressadamente um ataque de represália a outra nação, na suposição de tratar-se de um ataque inimigo.

O acidente da Carolina do Norte tornou ainda mais urgente um acôrdo internacional de desarmamento, aos próprios olhos de grandes setores da opinião pública norte-americana. Na presente situação, o caminho para esse acôrdo é a realização da Conferência de Chefes de Estado.

A opinião pública mundial, através do movimento da paz e outras formas de ação, cabe um grande papel na remoção de obstáculos ainda subsistentes, e que estão obstruindo esse encontro em alto nível, que poderá ser decisivo para a manutenção da paz.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	150,00
Semestral	80,00
Trimestral	60,00
Núm. avulso	3,00
Núm. atrasado	5,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte.

Crônica Internacional

Agravamento da Tensão No Sudoeste da Asia

Continua tensa a situação no sudoeste da Asia, em consequência do movimento rebelde reacionário contra o governo da Indonésia. Apesar das energicas medidas, inclusive militares, tomadas pelo presidente Sukarno e pelo gabinete Djuanda, não pôde ainda ser dominado o foco golpista surgido em Sumatra central. A luta já assume caráter sangrento, como foi o caso da batalha pela posse da importante cidade de Medan, conquistada pelos rebeldes após sete horas de violentos combates, e em seguida retomada pelas forças legais.

Um comunicado oficial do governo da Indonésia, publicado em Djakarta a 15 do corrente, protesta contra o fato de que, por ocasião da recente reunião da SEATO (Organização do Tratado do Sudoeste da Asia) o desejo de auxiliar os revolucionários em todas as informações procedentes de Manila, e em todos os discursos proferidos pelos representantes dos países membros da SEATO. Por outro lado o primeiro ministro Djuanda denunciou oficialmente que armas de fabricação norte-americana foram lançadas de paraquedas aos rebeldes de Pankaburu, momento antes do ataque realizado pelos paraquedistas do governo àquela localidade de Sumatra central. Constatou em Djakarta que o avião que lançara esse material bélico apresentava os distintivos da Real Força Aérea Australiana. Graças às armas recebidas, as tropas dos chamados «jovens coronéis» infligiram pesadas baixas às forças governamentais.

Torna-se cada dia mais clara a relação entre a reunião da SEATO e a irrupção do movimento reacionário em Sumatra Central. A reunião da SEATO foi totalmente dominada pela figura sinistra do secretário de estado norte-americano Foster Dulles. Este, pouco antes de iniciar a viagem para Manila, local onde se realizou o conclave, fez declarações à imprensa nas quais punha em dúvida a legalidade do governo indonésio, procurando assim, de modo grosseiro, intervir nos assuntos internos do país e preparar terreno para a ajuda militar ao pretense governo rebelde instalado em Pandang, sob a presidência de Hussein, chefe dos «jovens coronéis».

O comunicado final da reunião, todo ele repleto de provocações anticomunistas, adota um tom particularmente insolente quando se refere a certos governos

da Asia que, embora não comunistas, não sabem distinguir entre o Mundo livre e o comunismo». Foster Dulles, e seus aliados investem assim contra os governos das nações afro-asiáticas, que adotam uma política externa independente e de paz, e constituem, juntamente com os países socialistas, uma poderosa «zona de paz» — como os governos da Índia, do Ceilão, da Indonésia, da Birmania, da República Árabe Unida, e tantos outros. Os países asiáticos ainda dominados por governos reacionários aliados do imperialismo constituem hoje em dia ridícula minoria, e isso explica o desespero de Foster Dulles, refletido não só em suas sucessivas declarações à imprensa de Manila, como nos próprios termos do comunicado da conferência.

Contra os rebeldes de Sumatra central levanta-se unido o povo indonésio, tendo à sua frente o presidente Sukarno e o gabinete Djuanda. Nas próprias regiões dominadas pelos rebeldes têm-se verificado manifestações de massas contra os «jovens coronéis» e o imperialismo, apesar do terror policial. Na cidade de Songai Saris as forças do coronel Hussein tiveram de dissolver pela força um desfile de mais de 20.000 pessoas, realizado a 14 do corrente. Manifestações identicas se verificaram em Talawi, Sawahlunto e Sitkintjin. Pondo de lado quaisquer divergências, três dos quatro grandes partidos da Indonésia — o Partido Nacionalista, o Partido Comunista e o Partido Muçulmano progressista Hahdatul Ulama — apoiam com firmeza o presidente Sukarno e o gabinete Djuanda, e mobilizam as massas populares em defesa do país, enquanto que importantes setores do partido muçulmano reacionário Masjumi procuram livrar-se de quaisquer compromissos com os rebeldes, temerosos das reações da opinião pública. As perspectivas são portanto de derrota de mais esta maquinação do imperialismo norte-americano. Não é possível no entanto subestimar os perigos existentes, e o fato de que houve um agravamento da tensão no sudoeste da Asia. Esta região, — e particularmente a República Indonésia, — constitui ponto vital para a defesa da paz mundial. Os povos de todo o mundo acompanham com vigilância o desenrolar dos acontecimentos na Indonésia, e se solidarizam com o povo dessa nação formulando votos por um pronto esmagamento dos agentes do imperialismo.

DEFENDER O CAFÉ PARA GARANTIR O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL

A questão do café continua em foco. Os primeiros meses deste ano registraram sensível redução nas vendas do produto e isto acarreta dificuldades gerais para o país. Diante destas dificuldades, que resultam de causas obje-

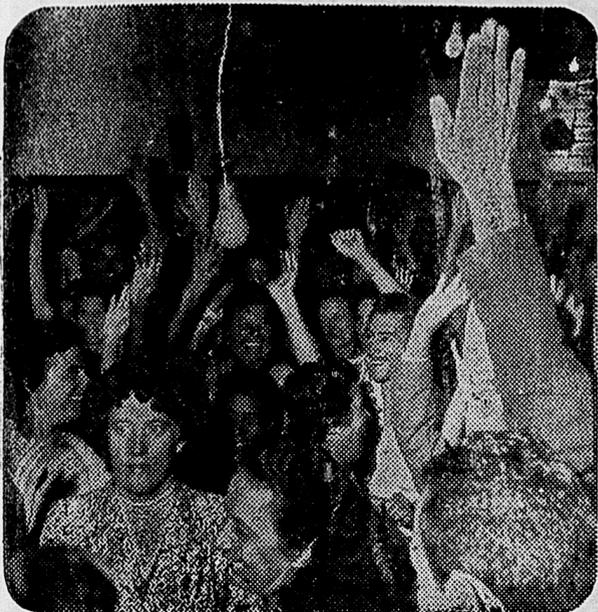
tivas, independentes da vontade deste ou daquele homem público, o governo brasileiro tomou medidas, que correspondem efetivamente aos interesses nacionais. É possível que esteja havendo certa rigidez na aplicação destas me-

didias, sendo, pois, aconselhável maior flexibilidade. Tais falhas, não afetam, porém, a essência da questão.

É fácil compreender a razão dos ataques que agora são desferidos contra o Sr. José Maria Alkmin. O ministro da Fazenda está aplicando uma orientação de defesa dos preços do café e de conservação do excesso sem venda imediata em estoques à disposição do governo para controle do mercado. Isto se opõe aos interesses das firmas norte-americanas e dos seus agentes no mercado brasileiro, que pretendem se apossar do estoque disponível a preço vil e depois assumir o controle do mercado internacional.

A defesa do café está ligada aos interesses do desenvolvimento do país. E' do café que dependem dois terços de nossa receita em divisas. A baixa do preço do café significará inevitavelmente a redução das disponibilidades em divisas e a redução forçada da compra de bens de produção exterior para o desenvolvimento da economia nacional. Os ataques ao ministro da Fazenda partem, por isto, não por acaso, daquelas forças que se opõem ao desenvolvimento independente e progressista do país.

A ampla frente única, que está se formando para a defesa do café, é condição necessária à sustentação e à vitória da política traçada pelo governo.



NA TECELAGEM ODETE, capital de São Paulo, obtiveram os trabalhadores expressiva vitória, após vários dias de greve. Obrigados a cruzar os braços diante da recusa dos patrões em pagar os 18% de aumento salarial concedido pelo T.S.T., acabaram conquistando, graças à sua firmeza, não só a garantia do pagamento daqueles 18% a partir do mês de março, mas também a não punição dos grevistas e o pagamento em seis prestações, a partir de junho, dos aumentos relativos aos meses atrasados.

A LIDERANÇA DA MAIORIA

Logo após a derrota do candidato oficial à Presidência da Câmara dos Deputados teve início o processo de escolha do novo líder da maioria, através de laboriosas consultas e entendimentos entre o governo, por seu Ministro da Justiça, e as forças políticas que o apoiam.

O líder que se afasta, Sr. Vieira de Mello, candidato ao governo da Bahia, pertence à chamada «ala moça» do P. S. D., cujos componentes, em sua maioria, participam da Frente Parlamentar Nacionalista e pretendem renovar e revitalizar o partido através da participação no movimento nacionalista. Contrários a essa linha de conduta política estão os elementos da «ala velha», representantes do setor entreguista do governo que lutam pela sua hegemonia no partido, buscando por todos os meios reconquistar posições de comando e ganhar outras.

Ao pedido de afastamento do Sr. Vieira de Mello seguiu-se o do Sr. José Jofily, vice-líder, estando atualmente na condução da liderança o Sr.

Armando Falcão, o que significa um tento lavado pela ala velha. Aliás, o convite feito ao sr. Capanema, que ainda vacila em aceitá-lo, porque condicionado à volta à Câmara do Sr. José Maria Alkmin, que assumiria então a liderança, representa igualmente um indicio de que os elementos mais reacionários do P.S.D. pretendem reconquistar o importante posto parlamentar.

Mas as forças que apoiam o governo não se limitam a hostes do P. S. D. Dai compõem-se as coisas no curso dos atuais entendimentos. O Sr. Fernando Ferrari, líder do P. T. B., respondeu ao Ministro da Justiça que a sua bancada desejava na liderança da maioria um deputado de tendências nacionalistas. O P. S. P., por sua vez, com seus 31 deputados que até aqui apoiavam o governo mantêm-se arreado das conversações, em franco entendimento político e eleitoral com a U. D. N., o que ainda mais complica a solução do problema.

Esta situação que se cria na arena política parlamentar, não é fortuita, mas reflete a contradição que se agrava, no seio do governo, entre as forças de tendências nacionalista que o apoiam e o setor entreguista que dele participa.

Com a aproximação das eleições de 3 de outubro, quando será renovada a Câmara e parte do Senado, os elementos entreguistas do governo e da oposição lutam pela sua sobrevivência. Ao mesmo tempo a questão do café e do sistema cambial vigente, duas faces de um mesmo problema fundamental da nossa economia, agrava ainda mais o atrito entre os setores contraditórios do governo, pois acarreta modificações na conduta política de muitos grupos, especialmente de São Paulo e dos estados produtores de café.

Interessa a liderança ao Sr. Capanema, mas sem o compromisso de entregá-la ao sr. Alkmin dentro de três meses, é o que se infere das marchas e contra-marchas das negociações que estão sendo conduzidas pelo Ministro da Justiça. Ao mesmo tempo surge o nome do Sr. Lafer, que também possui a ambição de ocupar o Ministério da Fazenda e é categorizado representante da «ala velha».

Qualquer que seja a solução do caso, a situação, revela perplexidade do governo, pressa das contradições de sua própria formação e composição. Ainda é grande a capacidade de manobra dos setores governistas reacionários e entreguistas, que pretendem a todo o custo evitar a derrota a 3 de outubro. Cabe aos setores democráticos e nacionalistas abordar esta e outras questões políticas com o mesmo empenho e realismo para não ceder terreno até o pronunciamento do povo brasileiro nas eleições decisivas que se aproximam.

POR UMA VITÓRIA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS NAS ELEIÇÕES DE 1958

Publicamos, em nosso n.º 457, um documento assinado pelo Comitê Regional do Rio Grande do Norte, do P.C.B., com o título acima. Por erro de revisão, foram suprimidas várias linhas.

Onde se lê: «As fontes de riquezas de nossa terra, mesmo dentro dos métodos rotineiros de produção, têm oferecido margem ao aumento da renda estadual de escala, podendo determinar a baixa dos preços dos gêneros básicos de alimentação do povo», leia-se:

«As fontes de riquezas de nossa terra, mesmo dentro dos métodos rotineiros de produção, têm oferecido margem ao aumento da renda estadual, de ano para ano. Nossos males úmidos e secos, se aproveitados, possibilitam a fixação dos camponeses ao solo e o cultivo da agricultura em grande escala, podendo determinar a baixa dos preços dos gêneros básicos de alimentação do povo».

Comentário Político

OSWALDO ARANHA E A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE

Intensa repercussão vem tendo a entrevista concedida por Osvaldo Aranha à «Última Hora» na edição de 17 do corrente. Saudado por figuras representativas de vários partidos, alcançando ampla aceitação entre os parlamentares, o importante depoimento do Sr. Aranha, sobre a posição em que se deve situar o Brasil diante de problemas candentes da atualidade mundial, foi logo transcrito nos Anais do Senado e da Câmara. Vale transcrever o que, a respeito, disse o deputado Flôres da Cunha: «As declarações de Osvaldo mostram que a evolução da política internacional tem que ser acompanhada em função do nosso progresso. Se tudo progride, não vejo por que nos atermos a sistemas e métodos que não mais têm razão de ser».

Com a sua entrevista, o sr. Aranha deu, positiva contribuição para a elaboração de uma política exterior independente e de paz, que deve ser necessária e urgentemente seguida pelo Brasil. Valorizar o papel da ONU para o entendimento pacífico entre todas as nações, facilitar os entendimentos diretos entre os Estados Unidos e a União Soviética em benefício da paz mundial, não adesão do Brasil à OTAN, atitude favorável à admissão da China Popular na ONU, simpatia para com os povos que lutam por sua independência, relações com todos os países independentemente de seus regimes políticos, combate à política de pressão financeira de certos grupos no sentido da baixa dos preços das matérias primas e da alta do preço do dinheiro internacional, encerrar o nacionalismo como «ato de consciência internacional de cada país em relação a si mesmo e à sua missão no conjunto dos povos», são alguns dos pontos essenciais de uma política exterior independente e de paz abordados com sensatez e equilíbrio por Osvaldo Aranha, embora guardando certa discricção, aliás compreensível num diplomata...

Respondendo a uma interpelação do jornalista Medeiros Lima sobre a injustificável orientação da política externa no sentido de «fazer sistematicamente o jogo de um dos grandes e se situar numa posição de maior independência e liberdade de ação em presença dos interesses de países em conflito com o colonialismo», assim se expressou, com inteira justiça, o embaixador Osvaldo Aranha: «O

Brasil é um país que conquistou sua independência e não pode, conscientemente, contrariar a independência de outros povos que, na mesma situação do Brasil, procuram libertar-se de velhos jugos». Daí, a maior simpatia que merecem os povos que lutam contra o colonialismo, especialmente os povos árabes que se unificam, pois, como afirmou o sr. Osvaldo Aranha, «o mundo árabe será um dos elementos úteis à organização mundial, que deve ser de todos e não de uma parte».

Não menos importante é a sua denúncia da política de pressões financeiras de grupos internacionais com o propósito permanente da baixa forçada dos preços das matérias primas e da alta do preço do dinheiro internacional. E' o que se vê em relação aos nossos produtos de exportação, como o café, algodão, as madeiras e, até mesmo, os minerais estratégicos. O grave é que, como declara o sr. Aranha, «essas grandes nações se

retiraram da Comissão de Matérias Básicas das Nações Unidas porque não querem concorrer para a elevação dos preços das matérias primas. Eles — os grupos que fazem pressão financeira — compram matéria prima por oito e doze bilhões de dólares a menos e nos dão alguns milhões de nosso próprio dinheiro». Isto acarreta dificuldades e entraves seríssimos ao desenvolvimento do país, o que exige uma política exterior independente e de defesa dos nossos produtos no mercado mundial. Mas, qualquer que sejam as pressões dos especuladores e exploradores imperialistas, estamos convencidos, como o sr. Aranha, de que o Brasil pode passar por dificuldades e crises, «mas o seu crescimento já é inevitável, porque é um movimento adquirido que ninguém mais poderá deter. São pequenos tropeços que não interrompem os largos objetivos abertos pelos brasileiros ao próprio Brasil».

Têm particular significação os conceitos emitidos pelo entrevistado a respeito do tratamento das relações do Brasil com a União Soviética e demais países socialistas. As razões que impõem ao Brasil o estabelecimento de relações com todos os países, acima de diferenças de regime social, não são baseadas somente em fatos de natureza comercial, mas em postulados de uma política exterior à altura da posição que cabe ao Brasil no cenário mundial das nações. O Brasil deve «participar das decisões mundiais e não se excluir», — disse o ex-ministro das Relações Exteriores — por que somos de fato, o único país grande no mundo e com possibilidades imensas, reconhecido como uma nação a quem o futuro reserva imensa participação na comunidade mundial, que não mantém relações com a Rússia».

Pugnar para que o Brasil mantenha relações amistosas com todos os povos e não se prender a considerações sem qualquer fundamento, é o que corresponde aos interesses do Brasil como nação que luta para firmar sua independência, impulsionar seu desenvolvimento econômico e assegurar sua vida democrática. E' por isso que uma conduta exterior independente e de paz constitui um dos elementos essenciais de uma política nacionalista e democrática, que hoje reclamam as forças progressistas da nação.

GALO GONZALEZ, UM COMBATENTE EXEMPLAR

Como foi noticiado pela imprensa, faleceu a 8 de março último, em Santiago do Chile, o camarada Galo Gonzalez, destacado dirigente operário e secretário-geral do Partido Comunista daquele país irmão.

O camarada Galo Gonzalez nasceu em 1894, filho de camponeses pobres. Desde a sua juventude, ligou-se ao movimento operário e nele tomou parte ativa. Em 1925, ingressou nas fileiras do Partido Comunista do Chile e, em 1930, foi eleito membro do Comitê Central.

Galo Gonzalez desenvolveu notável atividade no movimento sindical, tendo sido membro do Conselho Nacional da Federação dos Trabalhadores do Chile. Perseguido pela sua atuação revolucionária esteve diversas vezes na prisão, demonstrando sempre a sua firmeza e dignidade de comunista.

Em 1950, Galo Gonzalez foi eleito secretário geral do CC do P. C. do Chile. Modesto e combativo, lutou contra a clandestinidade, pacificamente, nas duras condições de seu Partido de acordo com uma linha ampla e de massas pela independência nacional, pela democracia e pela paz.

Os comunistas brasileiros e de toda a América rendem suas comovidas homenagens à memória do camarada Galo Gonzalez.

COMUNICADO SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA PUBLICAÇÃO TEÓRICA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

Foi lançado em Praga, no dia 11 de março último, um comunicado sob o título acima e do qual damos a seguir o texto completo:

«No encontro de Moscou, em novembro de 1957, os representantes dos Partidos Comunistas e Operários de vários países expressaram o desejo da criação de uma publicação internacional. De acordo com isto, os representantes de alguns Partidos Comunistas e Operários realizaram um encontro em Praga a 7 e 8 de março deste ano.

Neste encontro, foi unanimemente resolvido que, na ocasião adequada, uma revista mensal de conteúdo teórico e jornalístico deveria começar a ser publicada em Praga.

Os representantes dos partidos de vários países, que patrocinam a publicação, outrossim anunciam que aqueles partidos irmãos, que não tomaram parte no encontro, podem participar no estabelecimento da publicação em bases de igualdade ou tomar parte no seu trabalho publicístico em qualquer forma que considerem conveniente.»

Aos 36 Anos de Existência do P.C.B.

Paulo MOTTA LIMA

HA 36 anos, em 26 de março de 1922, fundou-se o Partido Comunista do Brasil. Seus fundadores constituíram um pequeno núcleo, do qual faziam parte Astrojildo Pereira e Hermogênio Fernandes da Silva. As condições eram de um modo geral difíceis para a organização da classe operária. Segundo os governantes da época "a questão social era uma questão de polícia". Tal mentalidade seria alguns anos depois expressa publicamente pelo sr. Washington Luis, autor daquela frase.

A fundação do Partido Comunista ligava as lutas de nossa classe operária ao movimento comunista internacional, historicamente novo. Em 1922, esse movimento não tinha muito mais de meio século de existência, tornando-se como ponto de partida a fundação da I Internacional. Nossos acertos e erros, nossas vicissitudes, são características do movimento operário internacional. Aceitando e errando, tornando a errar e tornando a acertar, nem por isso deixamos de apresentar saldo positivo incontestável.

Quando o PCB surgiu, era muito atrasada a vida política nacional. De um modo geral não havia uma compreensão razoável da situação brasileira. Não era a questão social uma questão de polícia? ... A maioria, a quase totalidade dos brasileiros, a propósito de um fato da importância da revolução soviética, era tremendamente desinformada pelo serviço telegráfico dos jornais e pelas publicações que nos chegavam do estrangeiro, quase todas reacionárias. Lima Barreto foi dos raríssimos escritores e jornalistas que então compreenderam o significado da revolução soviética. A própria terminologia marxista-leninista era ignorada ou mal compreendida. Os comunistas eram chamados de maximalistas e um homem da inteligência Jo sr. José Eduardo de Macedo Soares fazia confusões ridículas a respeito da expressão "imperialismo". Para o fundador do "Diário Carioca", imperialismo era apenas a forma de governo em que uma nação é um império. Ignorava o sr. Macedo que naquela época a expressão já significava também política de expansão e domínio de um país sobre outros.

A questão da terra era sentida apenas instintivamente e no país onde o homem do interior sempre afirmou que "a desgraça do Brasil era o arame farpado", o problema do latifúndio estava longe de ser discutido em termos científicos. A luta pelas liberdades democráticas era também imprecisa e em 1930 dezenas de milhares de cidadãos pegaram em armas e derrubaram o

governo atendendo a um "slogan" que reivindicava apenas "representação e justiça".

Tinha o PCB em 1935 apenas treze anos de existência, mas já havia despertado a atenção de milhares de brasileiros para nossos problemas básicos. E o próprio sr. Macedo Soares já sabia a que se referiam os comunistas, quando pregavam a luta contra o imperialismo. A essa altura já se organizava a Aliança Nacional Libertadora, marcando uma etapa séria na vida de nosso país. A revolução de 1935 foi a primeira luta armada dirigida pelo proletariado em nosso continente. Teve o grande mérito de abrir os olhos do povo para questões como as da dominação estrangeira, o latifúndio, da ameaça de guerra imperialista e do fascismo. O Estado Novo pertendeu arrastar dos cérebros de nossa gente essa idéia. Mas o que vimos, em 1945, depois da vitória das Nações Unidas sobre o fascismo, foi a morte do Estado Novo e o florescimento das idéias que se pretendia afogar em sangue e sepultar nos cárceres. Anos e anos de calúnias, que os comunistas por falta de aparelhamento mal podiam rebater, foram inúteis. Em 1945, o PCB saía para a legalidade amparado no apoio das massas.

Está plenamente demonstrado hoje que não soubemos aproveitar a legalidade conquistada por falta de maturidade de nossos quadros, a começar pelos quadros de escalão superior. Sérios erros foram cometidos. De um modo geral, no entanto, talvez possamos estender aos principais responsáveis por esses erros o julgamento do "Jingipão" de Pequim no conhecido artigo sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado. Em muitos casos, no exemplo brasileiro, os responsáveis pelos erros erraram com vontade de acertar e não cometeram o pecado da desonestidade, incompatível com a condição de comunista. E hoje é lícito esperar que as lições desses erros sejam estudadas e aproveitadas tanto quanto possível. Assim como também é certo não se tolerar que a constatação pública daqueles erros tenha servido de pretexto para atitudes negativistas ou para mascarar a posição de alguns transfugas.

Assume amplitude considerável, no momento em que festejamos

com orgulho o 36º aniversário do PCB, a luta contra a dominação imperialista. Hoje a luta contra o imperialista, contra o colonialismo, entrou no programa dos melhores elementos de quase todos os partidos. Ninguém mais considera a expressão "imperialismo" como saída para fins demagógicos de um formulário de jargão "vermelho". A necessidade de realização da reforma agrária é amplamente reconhecida e entra em cogitações atuais de governo. Agora mesmo, a campanha eleitoral que se inicia é conduzida através do debate de temas concretos e relevantes. Milhões de pessoas debatem e aceitam, no exame das questões brasileiras, teses que também sustentamos, algumas das quais primeiro lançadas por nós. Apresentando contornos cada vez mais nítidos, surge na arena uma força nova e independente, a da classe operária, pugnando e disposta a votar não pela política de tal ou qual Juntador ou coronel que se pretenda "salvo dos trabalhadores", mas lutando eleitoralmente por "sua" política, lançando reivindicações suas, as quais, naturalmente, coincidem com o interesse nacional.

Nas condições atuais é razoável esperar-se que o PCB se constitua efetivamente em núcleo onde se concentram os melhores elementos da classe operária, onde se formem teórica e praticamente líderes operários e populares revestidos de uma autoridade real e não apenas rotulada. Em tais condições será mais fácil a aplicação da fórmula que Lenin aconselha: "Menos frases pomposas e mais trabalho cotidiano, simples. Menos estrépito político e maior atenção aos fatos mais simples e no entanto vivos..." Assim nos fortaleceremos e trabalhando nesse sentido poderemos prestar a melhor homenagem aos camaradas que tombaram nesses trinta e seis anos de lutas sem dúvida heróica.



A O COMEMORAR este ano o trigésimo sexto aniversário do seu Partido, os comunistas brasileiros aprestam-se para levar à prática uma nova orientação política, traçada na Declaração recentemente aprovada pelo Comitê Central. Esta simples coincidência encerra, porém, um sentido mais profundo. Ela demonstra que o Partido Comunista, enquanto avança para a maturidade e ganha maior experiência, não se deixa estagnar nas antigas posições e acompanha a vida em seu constante desenvolvimento.

Uma das características do Partido marxista da classe operária é precisamente esta capacidade de refletir o curso sempre variável dos acontecimentos da vida social. Os comunistas interpretam a sociedade não como algo parado e imóvel, mas como um conjunto de fenômenos em permanente processo de transformação. A política dos comunistas não pode consistir, portanto, em fórmulas abstratas dadas de uma vez para sempre, pois deve refletir a realidade concreta que se desenvolve incessantemente. A Declaração significa, por isso, uma derrota dos elementos conservadores, que subsistem mesmo dentro de um partido revolucionário, e cujo esforço se exerce no sentido de arrastar o Partido para trás, para uma política já ultrapassada pela realidade.

A coragem autocrítica com que o PCB modificou radicalmente sua política revela

O Partido se Desenvolve

Mário ALVES

por outro lado, sua fibra de partido revolucionário da classe operária. O Partido Comunista, que não gira em torno de interesses personalistas, não teme fazer a crítica pública dos seus próprios erros, dos erros dos seus dirigentes, e pode, por isso, adotar uma nova política que melhor consulte aos interesses da classe operária e do povo.

Quando a imprensa reacionária especula em torno de crises no movimento comunista e regozija-se com as divergências de opinião que se manifestam em suas fileiras, manifesta completa incapacidade de compreender o processo de desenvolvimento e fortalecimento do Partido marxista da classe operária. Este processo se realiza através da superação das contradições internas do Partido, da luta de opiniões que se trava em seu seio. O que aos observadores superficiais ou de má-fé parece uma luta sem princípios por posições ou por prestígio não é senão o choque de concepções e tendências, conflito inevitável e necessário, sem o qual seria impossível ao Partido corrigir seus defeitos e marchar para diante. Os comunistas esperavam os inimigos que o Partido Comunista se dividisse e seriamente debilitado da luta interna. O que a Decla-

ração comprova é que o PCB é capaz de solucionar suas divergências à base dos princípios marxistas-leninistas, fortalecendo sua unidade em torno de uma nova política mais consentânea com a realidade do país e do mundo.

Com a elaboração desta política, sofrem mais um revés os elementos revisionistas, os que pretendem negar a validade do marxismo-leninismo e abandonam as posições revolucionárias da classe operária. Enquanto o Partido Comunista adquire novas forças e se coesiona em torno de uma nova política, os que se chamam indevidamente de "renovadores" reduzem-se cada vez mais a um grupo insignificante de sectários, que se debate em convulsões agônicas.

Novo e profundo golpe desferido também a Declaração nas concepções dogmáticas e sectárias que imperavam até recentemente no Partido, freando seu desenvolvimento e impedindo sua transformação num Partido de ação política, num Partido Comunista de massas. Ao completar seu 36º aniversário, o PCB

combate decididamente a concepção do Partido como uma seita de doutrinários de esquerda, concepção própria do estágio mais atrasado na formação dos Partidos Comunistas. O Partido rumo, assim, pelo caminho da sua transformação num verdadeiro partido de massas da classe operária, que lute pelos objetivos revolucionários através da ação política concreta e de acordo com as condições existentes em cada momento, e não por meio da simples propaganda de palavras de ordem ultra-esquerdistas.

Ao festejar com alegria o 36º aniversário de seu glorioso Partido, os comunistas trabalham pela aplicação vitoriosa de sua nova política. Abandonam a preocupação exclusiva com as tarefas internas e voltam-se para a atuação legal junto às massas. Rompem com uma pesada tradição de dez anos de ilegalismo e burocratismo, dirigem-se para as organizações de massas de seu setor profissional, de seu bairro, de sua cidade. Procuram fortalecer o movimento nacionalista e o movimento sindical, desenvolver e ampliar a frente única nacionalista e democrática. Esforçam-se por alistar novos eleitores e preparar a vitória dos candidatos nacionalistas e democratas nas eleições de outubro.

Esta é a principal tarefa que o Partido exige hoje de cada um dos seus militantes — empenhar-se com toda a energia na luta pela vitória da política traçada na Declaração.

DECLARAÇÃO sobre a POLÍTICA do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Os documentos do XX Congresso do P.C.B. motivaram nas fileiras do nosso Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do Partido.

O exame destes erros e a necessidade de superá-los levaram o Comitê Central do P.C.B. a traçar uma nova orientação política, que é exposta na presente Declaração. Ao fazê-lo, o Comitê Central considerou a experiência passada do Partido e as modificações essenciais ocorridas na situação do Brasil e do mundo.

O Comitê Central espera que, no processo de sua aplicação prática, a política aqui traçada seja submetida à comprovação e enriquecida pela experiência do Partido e do povo brasileiro.

I

O Processo de Desenvolvimento Econômico do Brasil

MODIFICAÇÕES importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definida pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações precapitalistas de trabalho, predomínio massivo da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação.

Nos quadros desta estrutura atrasada, foi se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas.

Por sua própria natureza e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados e sofrer a pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional vem se realizando num ritmo bastante desigual, se bem que tenha se acelerado nos últimos vinte anos.

O desenvolvimento capitalista nacional já trouxe resultados que modificaram sensivelmente a vida econômica e social do país. Assim é que foi construído no Brasil um parque industrial, que abastece o mercado interno da quase totalidade de artigos de consumo comum. A indústria de metais de produção elevou a sua participação de 20 a 33% no conjunto da produção industrial, entre os anos 1939 a 1956. Num prazo relativamente breve, de 1944 a 1956, o volume físico da produção industrial total foi duplicado. Surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional. Embora mais lentamente, também na agri-

cultura vêm se desenvolvendo o capitalismo, que se traduz no crescimento do número de assalariados e semlassalariados, bem como na multiplicação da quantidade de máquinas e instrumentos agrícolas. Ampliou-se de modo acentuado o mercado interno, sendo que o volume do comércio de cabotagem entre 1921 e 1955 aumentou de cinco vezes.

Em consequência do desenvolvimento capitalista, cresceram os efetivos do proletariado industrial e aumentou o seu peso específico no conjunto da população. Enquanto esta duplicou de 1920 até hoje, o número de operários industriais aumentou de sete vezes no mesmo período, passando de . . . 275.000 a cerca de 2 milhões. Simultaneamente surgiu e se fortaleceu cada vez mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país.

O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e progredem as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano.

Com a penetração do capitalismo na agricultura, combinam-se, em proporção variável, os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações semifeudais, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. O Brasil continua a ser um país de grande concentração latifundiária: em 1950, os estabelecimentos agrícolas com 500 hectares e mais constituíam 3,4% do número total de estabelecimentos e abrangiam 62,3% de toda a área ocupada. As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno. As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrícola.

Apesar de detida sua penetração em algumas importantes esferas da economia brasileira, o imperialismo continua a dominar posições-chave em ramos fundamentais. Esta penetração é realizada em elevado grau sobretudo pelos monopólios norte-americanos que, a partir da segunda guerra mundial, alcançaram o predomínio absoluto sobre os seus competidores. Os investimentos diretos norte-americanos aumentaram de 193,6 milhões de dólares, em 1929, para 1.107,0 milhões de dólares em 1955. Cerca de 60% dos financiamentos estrangeiros procedem dos Estados Unidos. Mais de um terço do comércio exterior brasileiro é realizado com os Estados Unidos, que, além disso, dominam o mercado internacional de nossos principais produtos de exportação e podem, assim, fazer do comércio exterior um instrumento de controle da vida econômica e política do país.

Montando embora o seu predomínio, o imperialismo norte-americano enfrenta no Brasil a crescente concorrência de outras potências imperialistas, principalmente da Alemanha Ocidental e da Inglaterra.

A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população.

A independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econômica. A medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano. O desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais, como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduza numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro.

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece.

I

A Democratização da Vida Política Nacional

O desenvolvimento capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo.

O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado. Os diferentes interesses de classe representados nos órgãos do Estado encontram pontos de contato e de acordo, mas, ao mesmo tempo, lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal, chegando por vezes a conflito aberto, como em agosto de 1954 e em novembro de 1955.

As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm im-

pondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas.

A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem se firmando assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais.

A Constituição promulgada em 1946 encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Ao mesmo tempo, a Constituição consagra as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazi-fascismo e do Estado Novo em nosso país: as liberdades de expressão, inclusive de imprensa, de reunião e de organização, o direito de greve, etc. As massas trabalhadoras das cidades têm obtido vitórias na justa luta pela concretização de seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros. A democratização do país também influi, menos acentuadamente, nas zonas rurais, onde o despotismo dos grandes senhores de terra é obrigado a ceder terreno, conquanto ainda perdure. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho do Estado encontram a resistência cada vez mais eficiente das massas na defesa das liberdades e direitos constitucionais. Tudo isso explica por que, no curso da vida política recente do país, as forças nacionalistas e democráticas se colocaram ao lado da Constituição, como sucedeu a 24 de agosto de 1954 e a 11 de novembro de 1955, ao passo que as forças golpistas pró-imperialistas atentaram contra ela.

O processo de democratização se reflete no parlamento. É verdade que os setores reacionários e entreguistas ainda possuem poderosas posições naquela instituição e conseguem impor decisões opostas aos interesses nacionais, a exemplo da aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, da rejeição de uma legislação social para os trabalhadores do campo e da cassação do direito de representação parlamentar para o Partido Comunista. É igualmente inegável, porém, que vem aumentando nas sucessivas legislaturas o número de parlamentares nacionalistas e democráticos, integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das massas, particularmente do proletariado, para apoiar uma política nacionalista e democrática. Se bem que o processo eleitoral ainda esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas têm conseguido influir na composição do parlamento e pressionando sobre ele com a ação extra-parlamentar, já o levaram a adotar decisões positivas para a emancipação nacional, a exemplo do monopólio estatal do petróleo e da política nacionalista dos minerais atômicos.

O processo de desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia no poder do Estado se refletem também na composição do atual governo. Em decorrência da coligação de que surgiu, o governo do sr. Juscelino Kubitschek tomou um caráter heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês.

A composição do governo do sr. Juscelino Kubitschek é, em virtude disso, o resultado de um compromisso entre as duas alas que o integram. Este compromisso é frágil, não anula as contradições internas do governo e não impede a luta que lava no seu seio. Apoiado nas massas, na Frente Parlamentar Nacionalista e no setor nacionalista das forças armadas, o setor nacionalista do governo tem influído para importantes decisões positivas. Disto são exemplos expressivos a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção de um clima de legalidade constitucional na vida política. (Continua na página Central)

RESOLUÇÃO SOBRE A "DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL".

O Comitê Central, após a discussão e as modificações introduzidas, resolve aprovar a "Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil" e transformá-la em Resolução que deve guiar, de agora em diante, toda a atividade do Partido.

Março de 1958

O CC do PCB

Reuniu-se o Comitê Central do P.C.B.

NOS PRIMEIROS dias do mês em curso, reuniu-se o Comitê Central do P.C.B. Entre os pontos da ordem do dia, figurava a tática do Partido.

Após a discussão que se travou em torno deste ponto o CC aprovou por unanimidade uma Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil e resolveu transformá-la em Resolução que deve guiar, de agora em diante, toda a atividade do Partido.

No curso da reunião foi prestada uma homenagem à memória de Galo Gonzalez, secretário geral do Partido Comunista do Chile, cujo falecimento chegou ao conhecimento do CC no decurso dos seus trabalhos.

Foam aprovadas mensagens ao Partido Comunista da Argélia em apoio à luta do povo argelino, ao Partido Socialista Popular de Cuba de solidariedade à luta do povo cubano, ao Partido Comunista da Venezuela de congratulações pela liberdade de Jesus Faria, ao Partido Comunista Português em regosio pela realização do seu V Congresso, ao Partido Comunista do Chile, manifestando pesar pelo falecimento de Galo Gonzalez.

A unidade do CC teve mais uma afirmativa com esta reunião plenária, que fixou novos rumos para a política do Partido através da Declaração unanimemente aprovada ao ser discutida a tática do Partido.

Por outro lado, sob a pressão do setor entreguista e do imperialismo norte-americano, os elementos nacionalistas do governo têm sido levados a vacilações, derrotas e mesmo a graves capitulações, como foi o caso da cessão do arquipélago de Fernando de Noronha aos Estados Unidos.

As contradições existentes no seio do governo se manifestam em todas as esferas de sua atividade.

A política exterior permanece em geral caudatária do Departamento de Estado norte-americano, mas se fortalece a pressão do setor nacionalista por importantes modificações, como a exigência do estabelecimento de relações com a União Soviética e demais países socialistas.

O governo tem desenvolvido, apoiado no povo, formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda. O capitalismo de Estado vem sendo um elemento progressista e ant imperialista na política econômica do governo, mas este ainda permite que empresas de capitalismo de Estado realizem uma política favorável ao imperialismo, como no caso dos financiamentos do BNDE ou da distribuição, pelos trustes, da energia produzida nas centrais elétricas estatais.

Enquanto toma medidas de interesse nacional, ao defender o café contra a especulação das firmas norte-americanas no mercado interno e mundial, o governo continua a propiciar inversões imperialistas à base de excepcionais privilégios, que suscitam protestos dos círculos mais representativos da burguesia. As medidas de reforma agrária não figuram sequer nos planos governamentais. A inflação e a carestia de vida continuam sendo fatores de instabilidade da economia nacional e de crescentes dificuldades para as massas.

A política do governo do sr. Juscelino Kubitschek não atende, assim, aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais, contendo, entretanto, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. A medida que os aspectos negativos da atuação do governo se tornam mais evidentes, aumenta-se a luta por modificações na sua composição e na sua política num sentido favorável aos interesses nacionais e populares. Esta luta é apoiada pelo setor nacionalista do próprio governo e aprofunda as suas contradições com o setor entreguista.

É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática.

III

Crescem no Mundo Inteiro as Forças da Paz, da Democracia e do Socialismo

NA SITUAÇÃO do Brasil, no desenvolvimento de suas forças ant imperialistas e democráticas, influem poderosamente as modificações essenciais verificadas na situação internacional, sobretudo após a segunda guerra mundial.

A característica nova e principal de nossa época, o seu conteúdo fundamental, é a transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia. O socialismo ultrapassou os marcos de um só país e se transformou num sistema mundial vigoroso e florescente, que exerce influência positiva na evolução política e social de todos os povos. São enormes os êxitos econômicos e culturais dos países socialistas, e em primeiro lugar da União Soviética, que já assumiu a vanguarda em importantes ramos da ciência e da tecnologia, marchando para superar, em breve prazo histórico, o país capitalista mais adiantado, os Estados Unidos, quanto aos índices fundamentais da produção por habitante. Estes êxitos crescentes atraem para a idéia do socialismo a consciência das grandes massas de todos os continentes. Aplicando com justiça os princípios do marxismo-leninismo às condições nacionais específicas, fortalecem-se os partidos comunistas e operários de numerosos países do mundo capitalista. O movimento comunista mundial elevou a novo nível a sua unidade. A luta da classe operária obtém grandiosas vitórias e constitui uma força decisiva na situação internacional.

Fato novo de imensa significação é o adiantado processo de desagregação do sistema colonial do imperialismo. Populações de mais de um bilhão de pessoas se libertaram do jugo colonial e alcançaram a independência política, enquanto os povos ainda submetidos àquele jugo intensificam a sua luta de libertação, colocando em situação cada vez mais difícil as potências imperialistas. Surgiu no mundo uma vasta zona de paz, que abrange os países socialistas e os países da Ásia e da África amantes da paz e promotores de uma política de defesa da sua soberania e de emancipação econômica.

A luta contra o imperialismo norte-americano, pela democracia e pela paz, neste nível na América Latina. As ditaduras terroristas a serviço dos monopólios dos Estados Unidos, estão sendo derrubadas, o que abre caminho para o avanço do processo democrático e emancipador. A política de chantagem guerreira praticada pelos círculos de Washington vem fracassando na América Latina, à medida que se acentua o alívio da tensão internacional.

Em consequência do impetuoso ascenso do socialismo e das vitórias do movimento de libertação nacional, acelerou-se o processo de debilitamento e decomposição do imperialismo. Não só se reduziu drasticamente a área do seu domínio, como se agravaram as contradições entre os países imperialistas e dentro de cada um deles. Aumentam as dificuldades econômicas nos Estados Unidos, onde a produção vem caindo, enquanto cresce o número de desempregados, o que delimita uma perspectiva de crise econômica.

O imperialismo norte-americano é o centro da reação mundial. Segue uma política de atentados contra a soberania nacional de todos os povos, de corrida armamentista e preparativos de uma terceira guerra mundial, que seria a mais terrível catástrofe para a humanidade.

As guerras de agressão continuam a encontrar terreno na

DECLARAÇÃO sobre a POLÍTICA do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

existência do imperialismo e este ainda tem desencadeado bárbaros atentados contra numerosos povos. Em virtude, porém, da correlação de forças favorável ao socialismo e às forças amantes da paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir as guerras. A luta pela paz — tarefa primordial de todos os povos — tem condições para ser plenamente vitoriosa. A política consequente de coexistência pacífica praticada pela União Soviética e pelos demais países socialistas ganha a simpatia dos povos, desfaz as manobras da "guerra fria" e compõe resultados concretos no sentido do alívio da tensão internacional. A rápida cessação da agressão imperialista ao Egito mostrou mais uma vez que a causa da paz e da libertação nacional tem a seu favor forças mais poderosas do que os agentes da guerra.

As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países.

O ascenso do socialismo, da causa da paz e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro influi de modo positivo no crescimento das forças políticas ant imperialistas e democráticas no Brasil. A nova situação internacional cria condições favoráveis ao desenvolvimento econômico de nosso país, à libertação da dependência em relação ao imperialismo, à democratização da vida política nacional. Estas condições são especialmente favoráveis à aplicação de uma política externa independente e de paz, em benefício da emancipação econômica da nação. Uma política desta ordem, que muitos países do mundo capitalista já praticam, encontra o apoio de poderosas forças que atuam no cenário mundial.

Conquanto se beneficie da influência dos fatores positivos da situação internacional, o povo brasileiro é obrigado a enfrentar a pressão e os atentados do imperialismo norte-americano, que ocupa posições-chave na economia de nosso país e interfere nas questões de sua política interna e externa. Não obstante as derrotas que tem sofrido, não cessa a penetração econômica dos monopólios norte-americanos. Os círculos dirigentes dos Estados Unidos, com o apoio dos setores entreguistas, tomam medidas para vincular o Brasil aos preparativos bélicos e aos planos de uma terceira guerra mundial. Esta é a mais grave ameaça que pesa sobre a nossa Pátria e contra esta ameaça tendem a unir-se todos os brasileiros favoráveis à manutenção da paz.

A luta contra o imperialismo norte-americano, pela independência nacional do Brasil é parte integrante da luta pela paz mundial. As vitórias da causa da paz no mundo inteiro contribuem para os êxitos da luta emancipadora de nosso povo. Existem condições para derrotar a política de dependência ao imperialismo norte-americano e anular suas ameaças. A situação internacional é favorável às forças que lutam pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia no Brasil.

IV

Aprofunda-se a Contradição Entre a Nação Brasileira e o Imperialismo Norte-Americano

AS MODIFICAÇÕES na situação econômica e política do país, bem como na situação internacional, determinam importantes alterações na disposição das forças sociais e definem o caminho para a solução dos problemas da revolução brasileira.

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais.

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas ant imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pre-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com o poder das forças ant imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperia-

lismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira.

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apoiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.

Para realizar a sua política de exploração e de vinculação de nosso país aos seus planos guerreiros, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de setores da burguesia. Servem ao imperialismo norte-americano os latifundiários que estão ligados, por seus interesses, à exploração imperialista, numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais.

Estes setores — minoria verdadeiramente ínfima — constituem as forças entreguistas que, dentro e fora dos órgãos de Estado, sustentam a política de dependência ao imperialismo norte-americano.

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes.

São forças, portanto, extremamente heterogêneas pelo seu caráter de classe. Incluem desde o proletariado, que tem interesse nas mais profundas transformações revolucionárias, até parcelas das forças mais conservadoras da sociedade brasileira. A sua consequência na luta contra o imperialismo norte-americano não pode ser evidentemente a mesma, porém todas essas forças possuem motivos para se unirem contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. Quanto mais ampla for esta unidade, maiores serão as possibilidades de infligir uma derrota completa àquele política e garantir um curso independente, progressista e democrático ao desenvolvimento da nação brasileira.

V

A Frente Única e a Luta Por um Governo Nacionalista e Democrático

AS TAREFAS impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias ant imperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças.

A frente única se manifesta nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. O seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e concentração das forças ant imperialistas. Constitui um fato novo, resultante não só de fatores objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e de sua vanguarda comunista. Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano.

O movimento nacionalista vem exercendo influência para elevar a consciência ant imperialista das massas e para agrupar os setores nacionalistas dos partidos políticos, do parlamento, das forças armadas e do próprio governo. Superando as divergências que existem entre os seus participantes, o movimento nacionalista atrai para a sua frente de luta entidades, partidos, correntes e personalidades do mais variado caráter social e orientação política. Assim é que a Frente Parlamentar Nacionalista, cujo aparecimento tem notável significação em nossa vida política, unificou a ação de grande número de parlamentares pertencentes aos mais diversos partidos com representação no Congresso, quer sejam governistas ou oposicionistas.

O movimento nacionalista vem surgindo nas diferentes regiões, com plataformas que, ao lado de pontos comuns, apresentam questões variadas, de acordo com a influência

determinadas forças políticas e da maior sensibilidade, por motivos locais, a esta ou aquela reivindicação ant imperialista. Os comunistas consideram que é necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar seu caráter de massas e ajustar sua coordenação em escala nacional. Isto contribui para acelerar a polarização em processo entre as forças ant imperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas, do outro lado.

Os comunistas devem ser um fator por excelência unido dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isto, não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de uma justa e de sua força persuasiva e, acima de tudo, da comprovação pela experiência política concreta. Defendem firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que se forem justas, tais opiniões acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer através de processos democráticos, dentro da frente única. Os comunistas não são exclusivistas e, ao mesmo tempo, que encaram o espírito autocrítico a sua própria atividade, aceitam e valorizam as opiniões corretas procedentes das outras forças da frente única.

Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. Por um lado, há interesses comuns e, portanto, há unidade. Este é um aspecto fundamental e explica a necessidade da existência da frente única, a sua capacidade de superar as contradições internas entre os seus componentes. Por outro lado, há interesses contraditórios e, portanto, as forças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões, especialmente para fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista.

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Em busca explorada pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios.

A burguesia se empenha em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras e lançando sobre elas o peso das dificuldades. Por isto, a burguesia é uma força reacionária e, conseqüente, que vacila em certos momentos, não aos compromissos com os setores entreguistas e teme a luta independente das massas.

O proletariado tem interesse no desenvolvimento ant imperialista e democrático conseqüente. A fim de assegurar, ao mesmo tempo que luta pela causa comum de todas as classes e camadas que se opõem à exploração imperialista americana, o proletariado defende os seus interesses específicos e os das vastas massas trabalhadoras e bate-se por suas liberdades democráticas, que facilitem a ação independente das massas. O proletariado deve salvaguardar, por isto, a sua independência ideológica, política e organizativa em relação à frente única.

É indispensável, entretanto, jamais perder de vista que a luta dentro da frente única é diferente em princípio, da luta que a frente única trava contra o imperialismo norte-americano e as forças entreguistas. Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar a sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa a defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças que aumentam a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, através da crítica ou de outras formas, evitando elevadas contradições internas da frente única ao mesmo nível de contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes. Assim, é preciso ter sempre presente que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham a causar dificuldades, podem ser abordadas e superadas sem romper a unidade.

Os comunistas de modo algum condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento tendo por objetivo a ampliação e a coesão da frente única. Os comunistas trabalham para que as forças ant imperialistas e democráticas, principalmente as grandes massas da classe e do campo, aceitem a direção do proletariado, uma vez que esta direção é, do ponto de vista histórico, a única capaz de dar à frente única firmeza e consequência política. A conquista da hegemonia do proletariado é, porém, um processo de luta árduo e paulatino, que avançará à medida em que a classe operária forjar a sua unidade, estabelecer laços de aliança com os camponeses e defender de modo acertado os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única.

Para a unidade da classe operária tem grande importância o fortalecimento do movimento sindical. Este alcançou numerosas vitórias nos últimos tempos, possibilitando aos trabalhadores defender o seu nível de vida, restabelecer a liberdade sindical e elevar o seu grau de unidade e organização. As organizações intersindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência vem demonstrando que o movimento sindical tem avançado à medida que se fortalece a unidade entre os trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações. Isto é, nos quadros da organização sindical existente no país. O movimento sindical tem avançado igualmente à medida em que os trabalhadores aprendem a utilizar as conquistas da legislação social vigente e procuram concretizá-las e aperfeiçoá-las, influtuando no parlamento, com a pressão de massas, para a aprovação

de novas leis. Os sindicatos e as demais organizações profissionais não devem servir a objetivos partidários, mas precisam ser instrumentos da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social, etc. Simultaneamente, cabem aos sindicatos um grande papel no amplo movimento nacionalista e democrático.

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações imediatas e viáveis, e o salário mínimo, a baixa de renda, o rendimento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros. Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses. A ação de massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo.

As camadas médias urbanas são extremamente sensíveis às reivindicações de caráter nacionalista e democrático. Aos pequenos negociantes, ao funcionalismo civil e militar e a outros setores da pequena burguesia cabe um pósto destacado nas lutas do povo brasileiro. Importante papel desempenha a intelectualidade, que em sua esmagadora maioria está interessada no progresso e na emancipação nacional. Como setor mais combativo da intelectualidade, o movimento estudantil tem dado importante contribuição às lutas do povo brasileiro. A unidade dos estudantes das mais diversas tendências doutrinárias e políticas é um fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis, universitárias e secundárias, que têm sido baluartes da frente única nacionalista e democrática. Seguindo o exemplo dos estudantes, a juventude dos sindicatos, dos clubes esportivos e recreativos pode unir-se e obter vitórias na luta por suas reivindicações.

A formulação dos objetivos comuns, num processo de discussão democrática, vai se tornando necessária para a frente única à medida que aumenta a envergadura de suas tarefas. Os comunistas são de opinião que uma plataforma de frente única deve incluir os seguintes pontos fundamentais:

- 1. POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE E DE PAZ.** Estabelecimento de relações amistosas com todos os países, acima de diferenças de regime social, na base de respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, e não agressão, da não intervenção nos assuntos internos e da igualdade de direitos e vantagens recíprocas. Desvinculação de compromissos com quaisquer blocos militares, denúncia de tratados belicistas e de ajustes antinacionais como o da cessão de Fernando de Noronha. Apoio às propostas que visam ao alívio da tensão internacional e ao término da "guerra fria". Apoio às lutas de libertação nacional de todos os povos.
- 2. DESENVOLVIMENTO INDEPENDENTE E PROGRESSISTA DA ECONOMIA NACIONAL.** Intercâmbio comercial com todos os países, inclusive os países socialistas. Desenvolvimento da iniciativa estatal nacionalista nos setores do petróleo, energia elétrica, siderurgia, minerais estratégicos e outros setores básicos. Proteção e estímulo da iniciativa privada nacional. Execução de um programa federal para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país e, em particular, incentivo à industrialização do nordeste. Revogação dos privilégios cambiais ou de qualquer outra ordem concedidos ao capital estrangeiro, selecionando suas inversões de acordo com os interesses do desenvolvimento do país e sem prejuízo dos empreendimentos nacionais. Par preferência aos financiamentos em geral, governamentais ou não, sempre que não condicionados a exigências políticas e escolhem livremente aqueles que seja qual for sua procedência, ofereçam melhores condições, no que se refere a juros, prazos de amortização e assistência técnica.
- 3. MEDIDAS DE REFORMA AGRÁRIA EM FAVOR DAS MASSAS CAMPONESAS.** Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e os despejos. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica.
- 4. ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE VIDA DO POVO.** Combate enérgico à inflação e à carestia. Equilíbrio orçamentário e política tributária que não sacrifique as massas nem prejudique as atividades produtivas. Salários e vencimentos que assegurem melhores condições de vida aos trabalhadores e ao funcionalismo. Democratização dos órgãos governamentais de controle do abastecimento e dos preços, de tal maneira que possam servir efetivamente aos interesses das massas populares. Aumento das verbas destinadas à educação nacional. Aplicação efetiva e melhoria da legislação trabalhista.
- 5. CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA.** Garantia dos direitos democráticos previstos na Constituição. Abolição completa das discriminações políticas e ideológicas. Garantia do direito de greve e dos direitos sindicais dos trabalhadores. Direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros.

Os comunistas apresentam esta plataforma para um amplo debate do qual possa resultar a formulação unitária

dos objetivos comuns das forças nacionalistas e democráticas.

A frente única nacionalista e democrática acumula forças à medida que luta por soluções positivas para os problemas colocados no ordem do dia, realizando-as na proporção de sua capacidade e das condições favoráveis de cada momento. A existência dessas soluções positivas para os problemas brasileiros conduz, inevitavelmente, à necessidade de um governo que possa aplicar com firmeza em todas as esferas da política interna e exterior a política de desenvolvimento e de emancipação reclamada pelo povo brasileiro. A luta das correntes nacionalistas e democráticas para alcançar modificações na composição e na política do governo atual assume, e tende a assumir cada vez mais, o caráter de luta por um governo de coligação nacionalista e democrática.

Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e de paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, tomar medidas em favor do bem estar das massas, garantir as liberdades democráticas.

O desenvolvimento da situação no país indica que esta orientação política pode vir a ser gradualmente realizada por um ou por sucessivos governos que se apóiem na frente única nacionalista e democrática.

Um governo nacionalista e democrático dependerá fundamentalmente do apoio das massas e, por isto, o ascenso do movimento de massas não poderá deixar de influir no sentido da radicalização de sua composição e de sua política. Esta radicalização será também resultado da necessidade inevitável de medidas mais enérgicas e profundas diante dos atentados do imperialismo norte-americano e das forças entreguistas e reacionárias no país.

O curso dos acontecimentos no Brasil indica, por conseguinte, a possibilidade real de um processo em que, sob a pressão das ações independentes das massas e diante da necessidade de medidas mais consequentes contra o inimigo principal da nação, um governo de coligação nacionalista e democrática abrirá caminho para uma nova correlação de forças, que possibilite completar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria.

Ainda que dispostos a participar dos governos de caráter nacionalista e democrático, os comunistas do apóiarão de modo resolutivo, mesmo que não venham a fazer parte de sua composição.

VI

O Caminho Pacífico da Revolução Brasileira

OS COMUNISTAS consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução ant imperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade. O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultam numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos.

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes ant imperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extra-parlamentar.

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação.

A fim de encaminhar a solução de seus problemas vitais, o povo brasileiro necessita conquistar um governo nacionalista e democrático. Esta conquista poderá ser efetuada através dos seguintes meios mais prováveis:

- 1. PELA PRESSÃO PACÍFICA das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.**
 - 2. ATRAVÉS da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.**
 - 3. PELA resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se propõem implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.**
- O complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará como será realizada a conquista de um governo nacionalista e democrático.

pag. central 7

Declaração Sôbre a Política do Partido Comunista do Brasil

CONCLUSÃO DA PAG. CENTRAL.

Sejam quais forem as vicissitudes que o povo brasileiro tiver de enfrentar para resolver pacificamente os seus problemas, será sempre necessário o amplo desenvolvimento da luta de classes do proletariado, dos camponeses e das massas médias urbanas em defesa dos seus interesses específicos e dos interesses gerais da nação.

A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro.

Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo por um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças antimperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira.

VII

Pela Vitória da Frente Única Nacionalista e Democrática nas Eleições

A EXPERIÊNCIA política do país vem demonstrando que o povo já alcançou importantes vitórias dentro do Parlamento e dos órgãos legislativos nos Estados e municípios. Esta experiência também já demonstrou que é possível eleger nacionalistas e democratas para os postos executivos. As eleições constituem, portanto, um acontecimento de excepcional importância em nossa vida política.

As eleições, no Brasil, ainda estão submetidas a sérias restrições antidemocráticas. Certas destas restrições derivam do poder econômico e político concentrado em mãos das classes exploradoras e são inevitáveis mesmo nas melhores condições de democracia burguesa. Outras, porém, são restrições possíveis de eliminar ainda no regime atual, à medida que avança o processo de democratização. Os comunistas lutam, por isto, pela extensão do direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros. Lutam, igualmente, pela restituição da legalidade ao Partido Comunista, fazendo cessar uma discriminação anticonstitucional, consumada numa conjuntura reacionária e mantida até hoje em flagrante desrespeito aos postulados da Carta Magna.

As restrições antidemocráticas que ainda pesam sobre o processo eleitoral não impedem, porém, a afirmação da sua crescente importância para determinar os rumos da vida política do país. Combinadas a outras formas pacíficas e legais de lutas de massas, as eleições podem dar vitórias decisivas ao povo. Massas de milhões vêm utilizando o voto para expressar a sua vontade e influir nos destinos da nação. A participação mais entusiástica nas eleições é, assim, um dever para os comunistas.

Esta participação não visa exclusivamente a obter pequenos proveitos imediatos e a utilizar uma oportunidade

para fazer agitação de palavras-de-ordem. O objetivo fundamental da participação dos comunistas nas eleições consiste em eleger para os postos executivos e legislativos os candidatos da frente única, que possam fortalecer os setores nacionalistas do Parlamento e do governo. Todo o trabalho eleitoral dos comunistas, seja em âmbito nacional como em estadual e municipal, deve ser considerado uma parte do trabalho geral de formação e desenvolvimento da frente única, visando sempre à mudança da correlação de forças políticas e à conquista de um governo nacionalista e democrático.

Os comunistas se empenham, por este motivo, em contribuir para a constituição de amplas coligações eleitorais, que tenham força para levar à vitória os candidatos da frente única. A ação independente dos comunistas se realizará, não fora, mas dentro da frente única. Lutando, na medida de suas possibilidades, para eleger seus próprios candidatos, os comunistas não adotam, porém, uma posição exclusivista, colocam acima de tudo a necessidade de desenvolver e fortalecer a frente única e consideram que a vitória de candidatos não comunistas da frente única é também sua vitória. Esta orientação contribuirá para aprofundar nacionalmente e em cada local a polarização em processo entre nacionalistas e entreguistas, a fim de isolar e derrotar os candidatos comprometidos com o imperialismo norte-americano.

Buscando formar amplas coligações eleitorais, que levem à vitória os nacionalistas e os democratas, é necessário ter em vista a composição de classe mais ou menos heterogênea dos partidos políticos brasileiros, sem, entretanto, estabelecer identidade entre eles. Os comunistas apoiam os elementos nacionalistas e democratas que existem em todos os Partidos. Tais elementos constituem uma ala considerável do PSD, a qual tem lutado com relativo êxito contra a ala reacionária do mesmo partido, ligada aos latifundiários mais retrógrados e a interesses imperialistas. Em proporção menor, existem elementos nacionalistas na UDN que se chocam com a alta direção nacional do seu partido, ainda dominada por conhecidos golpistas e porta-vozes do imperialismo norte-americano. Partidos como o PTB, o PSP e o PSB, que possuem maior base popular nos centros urbanos, apresentam uma tendência nacionalista e democrática mais acentuada. O PTB, cujo maior contingente eleitoral provém das massas trabalhadoras, de modo geral orienta-se por uma política nacionalista e popular. O mesmo ocorre com o PSB, cuja base social repousa em setores da pequena burguesia urbana e, em particular, da intelectualidade. Tanto o PTB como o PSB já defendem plataformas nacionalistas e democráticas.

A medida que se desenvolve o capitalismo no país, os partidos políticos brasileiros adquirem um caráter cada vez mais estável e nacional. Em virtude, porém, da extrema desigualdade de desenvolvimento que se verifica entre as diferentes regiões, os Partidos políticos não puderam ainda superar as divergências, por vezes agudas, que lavram entre as suas seções estaduais e até mesmo municipais. Esta circunstância não pode deixar de ser levada em conta, a fim de distinguir, com justiça, as variações de orientação entre os diretórios nacionais, estaduais e municipais.

Os comunistas apoiam nas eleições os partidos, alas e seções de partidos e personalidades de atuação nacionalista reconhecida, não os confundindo, porém, com os falsos nacionalistas, que procuram enganar o povo com a sua demagogia eleitoral.

E' com esta visão das eleições e de suas perspectivas essenciais que comunistas se mobilizam para tomar parte nos pleitos de 1958 e 1960.

VIII

Fortalecer o Partido Para a Aplicação de Uma Nova Política

O PROLETARIADO brasileiro necessita uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa a fim de realizar sua política de classe. O Partido Comunista do Brasil, que é esta vanguarda, deve ser capaz de cumprir o seu papel na ação política concreta.

Isto exige que o nosso Partido se depure de persistentes defeitos e adquira qualidades novas. O subjetivismo, que exerceu longo domínio em nossas fileiras, deve ser combatido em profundidade, através da reeducação dos dirigentes e militantes no espírito de uma nova política, que emane diretamente das condições objetivas de nosso país e seja a correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo, às originais particularidades concretas do desenvolvimento histórico-nacional. O abandono dos princípios universais do marxismo-leninismo, como síntese científica da experiência do movimento operário mundial, conduz inevitavelmente à desfiguração do caráter de classe do Partido, e à degenerescência revisionista. Mas o desconhecimento das particularidades concretas do próprio país condena o Partido, irremediavelmente, à impotência sectária e dogmática.

As concepções dogmáticas e sectárias, que nas condições atuais de nosso Partido constituem o perigo fundamental a combater, se opõem de modo radical ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. A frente da classe operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas. A esta característica essencial se subordinam as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e de organização do Partido.

Para que os comunistas possam cumprir sua importante tarefa, devem estar a serviço das massas e lançar-se decididamente à atividade junto às massas. Ao invés de se voltarem apenas para o trabalho interno do Partido, precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal nas organizações de massas e aí exercer uma função eminentemente construtiva. E' indispensável, por conseguinte, tomar as medidas adequadas para que o maior número possível de quadros, militantes e dirigentes, realizem atividades legais entre as massas. Participando das lutas de massas nos movimentos reivindicativos, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram. Os comunistas devem ser em toda parte batalhadores isentos de exclusivismo, abnegados e consequentes, pela construção da frente única nacionalista e democrática.

O Comitê Central concita a todos os militantes a empenharem-se no fortalecimento do Partido para torná-lo o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política traçada nesta Declaração, que deve guiar, de agora em diante, toda a atividade do Partido.

Rio, março de 1958.

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

Nota do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

COM o aumento constante do custo da vida, a revisão periódica dos níveis de salário mínimo é preocupação de todos os trabalhadores. Ao lado da reforma da previdência social e da regulamentação do direito de greve, os problemas relacionados com o salário adquirem prioridade e estão a exigir solução.

ATINGINDO a toda a população, as consequências das presentes dificuldades econômicas e financeiras que afligem o país recaem em primeiro lugar sobre o proletariado. Os salários estão sempre em nível inferior ao custo da vida que sobe sem cessar.

Milhões de trabalhadores que percebem salário mínimo não dispõem de meios para enfrentar sua subsistência e a de suas famílias. Tendo sido reajustados há quase dois anos atrás, os atuais níveis de salário mínimo já não correspondem às necessidades vitais dos trabalhadores na hora presente. O debate sobre o salário mínimo e sua revisão surge, porém, neste momento, entrelaçado com outras questões.

O SALÁRIO mínimo é conquista dos trabalhadores do Brasil, está assegurada em lei a revisão periódica de seus níveis, e constituiria um pas-

so atrás permitir que fosse revogado ou anulado em seus efeitos. O salário família e a escala móvel de salários são questões cuja solução não pode nem deve restringir o que a lei já determina sobre o salário mínimo.

É NECESSÁRIO lutar para incluir na legislação social todas as reivindicações que acrescidas ao salário mínimo contribuam para aumentar o nível de salários, tais como o salário família, o salário profissional, etc. A escala móvel de salários, quando elaborada com o objetivo de congelar salários, eliminar o salário mínimo, liquidar conquistas já asseguradas ou impor condições prejudiciais ao proletariado em luta por melhores condições de vida, não pode nem deve ser aceita.

SOB NENHUM pretexto, o proletariado poderia jamais renunciar à luta por aumento de salários, porque isto seria condenar-se a morrer de

fome, quando, em flagrante contraste os lucros aumentam.

O COMITÊ Central do P. C. B. concita os trabalhadores a se manterem vigilantes na defesa de suas conquistas e, entre estas, da lei que assegura o salário mínimo e determina sua revisão periódica. O proletariado deve organizar-se e estabelecer a mais ampla unidade de ação para defender seus direitos, assegurar melhores condições de vida e conquistar outras reivindicações, pacificamente e dentro da lei e da Constituição. É dever dos comunistas lutar pela unidade de ação da classe operária e dar o melhor de seus esforços para unir, fortalecer e levar adiante, dentro da atual estrutura, o movimento sindical brasileiro, contribuindo para a conquista de novos triunfos do proletariado.

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. — Rio, Março de 1958.

Lutam os Servidores Municipais Por Aumento de Vencimentos

ADIADA POR 30 DIAS A GREVE MARCADA PARA 14 DO CORRENTE — DESTA VEZ, NÃO PODERÁ O SR. ADEMAR DE BARROS FUGIR AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM OS FUNCIONÁRIOS

Há cerca de sete meses vêm travando os servidores municipais da capital paulista uma dura luta pela conquista de reajustamento dos seus vencimentos, em face do aumento incessante do custo de vida.

Em outubro do ano passado, quando se desenrolava a gigantesca greve que paralisou aproximadamente um milhão de trabalhadores em São Paulo, aprovavam também os funcionários da Prefeitura paulista três tabelas de aumento, correspondentes aos três setores em que estão agrupados efetivos, extranumerários mensialistas e diaristas. Mais tarde essas tabelas seriam ratificadas por unanimidade na 1ª Convenção de Servidores da Municipalidade — realizada de 20 a 27 de outubro, na Biblioteca Municipal.

Dessa Convenção participaram 23 associações de classe, num total de 300 delegados. Representavam elas a totalidade dos servidores municipais — 27.200 trabalhadores. Isso mostra a unanimidade de pontos de vista dos funcionários.

A LONGA ODISSÉIA

Arrasta-se desde então a solução para o que pleiteiam os funcionários municipais da capital de São Paulo, sem que até hoje se tenha tomado qualquer medida concreta.

Divulgadas pela imprensa, rádio e televisão, levadas ao conhecimento da Câmara de Vereadores e do Prefeito, aguardavam os servidores que o Sr. Ademar de Barros enviasse ao Legislativo mensagem propondo aumento de salários, além de outras melhorias. Mas tal não aconteceu.

Em Manifesto dirigido ao povo e divulgado no dia 11 de março, diziam as comissões que vinham orientando a luta dos servidores:

"Decorridos mais de quatro meses desde que as tabelas foram aprovadas na 1ª Convenção, não tivemos outra alternativa senão, em Assembleia Geral, realizada em fins de fevereiro deste ano, aprovarmos medidas que com a Unidade, Organização e Disposição dos Servidores serão mais eficazes. Demos poderes a Câmara Municipal, na pessoa de seu DD Presidente, para junto ao Sr. Prefeito servir de intermediário e conseguir o envio da mensagem àquela casa. Para isso, objetivando o bom êxito das negociações entabuladas visando a obtenção do tão almejado aumento de ordenado, consequentemente um pouco mais de pão aos nossos familiares, minorando em parte a situação angustiosa e até deprimente que a maioria dos servidores atravessam, previmos um prazo de 16 dias para uma resposta satisfatória, tempo esse que a grande maioria aprovou, solicitando que até 14 do corrente a mensagem do Sr. Prefeito esteja na Câmara Municipal em condições de ser votada pelos vereadores".

Sucederam-se as visitas à Câmara, os encontros diretos

Bele
DA TEORIA
MARXISTA DO
CONHECIMENTO
De M. Rosental

majoração do salário-tamília para Cr\$ 300,00 do 13º mês de abono de Natal, de defesa dos direitos dos Servidores da Prefeitura e todas as demais existentes."

PROPOSTA INACEITÁVEL DO PREFEITO

Apesar de todos os "estudos" e da atuação da Câmara Municipal, que serviu de intermediária, limitou-se o prefeito Ademar de Barros a apresentar uma proposta, sob todos os aspectos inaceitável: — aumento (indeterminado), ainda no atual semestre, aos que recebem até Cr\$ 7.000,00; aumento (indeterminado), no segundo semestre, aos que recebem de Cr\$ 7.000,00 a Cr\$ 15.000,00; aumento (também indeterminado), em janeiro de 1959, aos que recebem mais de 15 mil cruzeiros.

Mas em relação a todos esses aumentos, o prefeito dizia apenas "pretender" efe-

tuá-los, sem oferecer qualquer garantia nesse sentido.

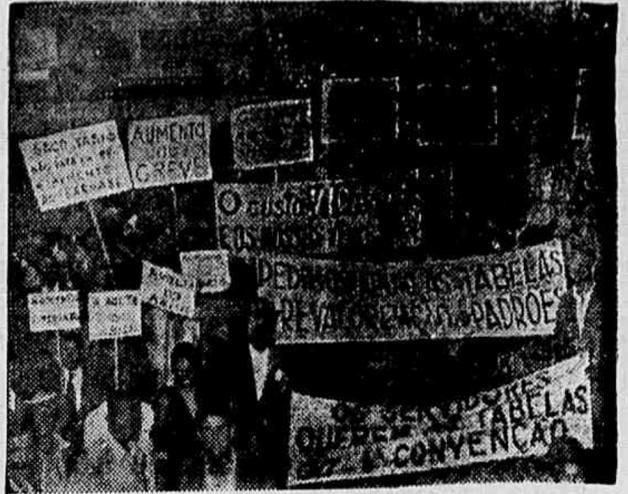
Essa "proposta" causou enorme decepção ao funcionalismo pois não acrescentava nada de concreto quanto ao pleiteado aumento.

AGUARDARÃO MAIS 30 DIAS

Finalmente, ante a eminência de decretação da greve, decidiu-se o prefeito a nomear uma comissão constituída de líderes de associações da categoria, à qual caberá apresentar, dentro do prazo máximo de 30 dias, a solução definitiva para o caso.

A essa comissão especial competirá examinar as seguintes questões:

- a) — cortes em várias verbas orçamentárias, a critério do prefeito, após pesquisas de ordem técnica;
- b) — pedido de suplementação de verba à Câmara Municipal, no valor dos cortes efetuados, para reforço da verba de pessoa;
- c) — concedida a suplementação, poderá o prefeito, através de decreto, promover o aumento salarial dos extra-



Aspectos da concentração dos "barrabás" da capital paulista.

numerários, mensialistas e diaristas;

d) — envio de projeto de lei à Câmara, propondo aumento salarial para os funcionários do quadro efetivo, acompanhado de tabelas explicativas.

Essa proposta foi amplamente debatida numa grande assembleia que se realizou na tarde do dia previsto para a eclosão da greve, após uma concentração em frente à Câmara, seguida de passeata até a sede do Sindicato dos Metalúrgicos — local onde teve lugar a reunião. Depois de várias horas de debates intensos, em que grande número de servidores se manifestava francamente favorável à greve imediata, decidiu a maioria adiar a paralisação por mais 30 dias. Durante esse tempo, reforçarão os servidores públicos sua união em torno de suas organizações e se prepararão melhor para

conquistar não só o aumento de salário, mas também as demais reivindicações que pleiteiam.

Uma nova assembleia deverá realizar-se no próximo dia 13 de abril e no dia 15, haverá uma concentração diante da Câmara Municipal. Nessa ocasião, controlarão os servidores a atividade dos vereadores e do prefeito, e decidirão então qual o rumo a seguir.

Marcham assim os funcionários municipais de São Paulo para uma nova fase de sua batalha, decididos a manter-se vigilantes e firmes, de maneira a desmascarar qualquer tentativa de ludibriá-los ou de fuga aos compromissos que com eles já foram assumidos pelo Sr. Ademar de Barros e pelos vereadores locais.

Conferência Nacional de Trabalhadores

PROSSEGUEM EM TODO O PAÍS OS PREPARATIVOS PARA A GRANDE REUNIÃO DO DIA 28 — NOVA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DA CNTI

Prosseguem intensos os preparativos para a realização próxima da Conferência Nacional de Trabalhadores, no Rio de Janeiro, nos dias 28, 29 e 30 de março próximo.

Reunida novamente a Comissão Executiva da CNTI, há poucos dias, decidiu que nesse importante encontro de âmbito nacional, entre as mais distintas categorias profissionais de todo o país, deverá funcionar três comissões que tratarão justamente das três importantes questões que estão incluídas no temário: salário mínimo, previdência social e regulamentação do direito de greve.

OBJETIVOS IMEDIATOS DOS TRABALHADORES

Uma vez mais, recomendou a Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria uma campanha intensa pela conquista de dois objetivos imediatos: a aprovação pelo Senado dos projetos de regulamentação do direito de greve e da nova lei orgânica da prev. social, sem qualquer emenda, a fim de que possam os mesmos subir à sanção presidencial e ser promulgados no próximo dia 1º de maio, data do trabalhador.

Desejam os trabalhadores

que esses projetos sejam aprovados tal como estão, pois a apresentação de emendas serviria apenas para retardar ainda mais sua transformação definitiva em leis. Depois de aprovadas, lutarão então para que o presidente da República vete alguns de seus dispositivos, que contrariam os interesses das várias categorias.

ASSEMBLEIA EM TODOS OS SINDICATOS

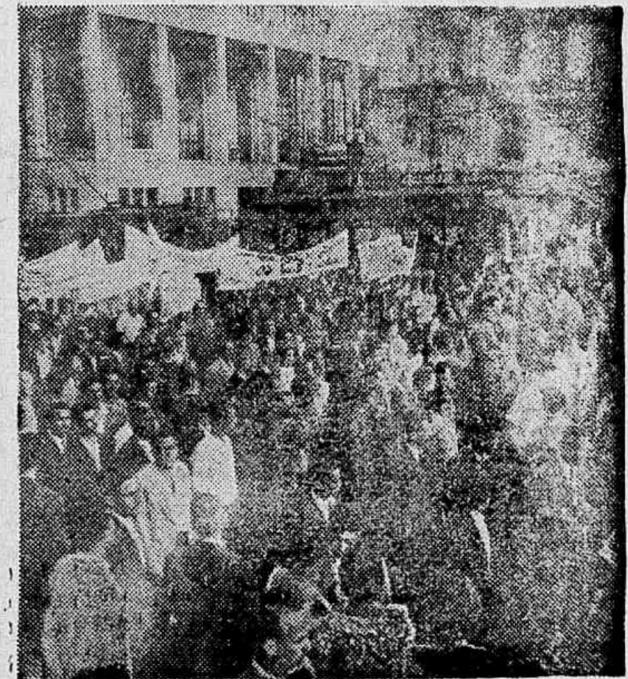
Através de todo o Brasil, vêm-se realizando as assembleias sindicais, para a escolha dos delegados que irão participar da Conferência Na-

cional. Nesta, não haverá limite para o número de delegados de cada delegação e estão sendo tomadas todas as medidas para que venham de cada Estado, representações expressivas, que reflitam o nível já bastante elevado do movimento sindical brasileiro.

Aguarda-se o comparecimento de grande número de dirigentes e militantes sindicais e de simples trabalhadores, e dessa reunião deverão surgir novas perspectivas para o prosseguimento da luta em defesa de reivindicações vitais para todos os trabalhadores.



Os trabalhadores marcham para a conferência nacional, depois de passarem por movimentos reivindicatórios gloriosos, em vários pontos da cidade e particularmente no Rio e São Paulo



Vida de Privações Para Criadores de Grandes Riquezas

O TRANSPORTE SE ESTENDE E ENGARECE — O QUE SIGNIFICAM DUAS A QUATRO HORAS POR DIA NOS VEÍCULOS COLETIVOS — OS PROBLEMAS DA MORADIA, DO VESTUÁRIO E DO CALÇADO — 50 POR CENTO DO SALÁRIO PARA UMA ALIMENTAÇÃO DEFICIENTE — AUMENTA A EXPLORAÇÃO DENTRO DAS EMPRESAS

(Segunda reportagem de uma série de três) — Por EUGÊNIO CHEMP

No último número de VOZ OPERÁRIA, em reportagem, historicamos o que é o poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sua vida associativa e as lutas que vem empreendendo. Passamos agora a nos reportar a vida dos trabalhadores metalúrgicos, suas dificuldades, seu meio de vida, seus salários e as novas formas de exploração a que se vêem submetidos nas empresas, por parte dos empregadores, que utilizam todos os recursos para aumentar a produção a qualquer preço e carrear lucros cada vez maiores para os seus cofres.

Todos sabem que a cidade de São Paulo cresce vertiginosamente. Tem hoje cerca de 2 milhões e 200 mil habitantes.

Com o crescimento da cidade, aumentam as dificuldades dos trabalhadores e do povo: do transporte, hoje sendo aquém das necessidades da população; os elevados aluguéis do casa, que obrigam os operários a se deslocar cada vez mais para a periferia; a falta de luz, de esgotos, de calçamento. Isso completo, de um modo geral, o quadro das dificuldades cotidianas do operariado e das camadas menos favorecidas.

TRANSPORTES — PROBLEMA INSOLÚVEL

Como o crescimento da cidade não se dá à base de um planejamento racional, mas de uma conformidade com interesses particulares, ele ajuda ainda mais a tumultuar e aumentar as dificuldades da população, já tão sacrificada.

A falta de planejamento original e localização das indústrias nos mais diversos bairros e até em outros municípios. Tal descentralização, que se verifica com as empresas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, dificulta a locomoção dos operários para o trabalho, pois o tempo gasto, a partir do momento em que saem de suas casas, varia com o transporte de 2 a 4 horas diárias, além das 8 ou 10 horas de trabalho na indústria. Essa vida desumana, acarretada pela exploração nas fábricas, pelas dificuldades de transporte, pela alimentação de-

ficiente e outras dificuldades da vida diária tornam o operário paulista de família um verdadeiro escravo de uma sociedade mal organizada, com todas as suas ruins consequências.

Uma sindicância realizada entre uma centena de metalúrgicos originou o seguinte quadro que retrata importantes aspectos da vida dessa categoria profissional: a maioria dos trabalhadores vive em bairros e vilas da periferia, nos subúrbios e municípios vizinhos. Cada operário utiliza diariamente de 2 a 4 conduções até chegar ao local de trabalho. Isso representa uma despesa mensal da ordem de 300 cruzeiros.

MORADIAS — TORMENTO DIÁRIO

As moradias dos trabalhadores são em sua imensa maioria constituídas de pequenas casas, de 1 ou 2 quartos, cozinha e banheiro, cujos aluguéis oscilam de 1.000 a 1.500 cruzeiros (com um quarto) e de 2.000 a 3.500 cruzeiros (com dois quartos). Muitos metalúrgicos se defendem, aproveitando as próprias residências de parentes, e uma minoria deles possui suas casinhas em terrenos comprados nos "bons tempos", pagando hoje prestações módicas de 300 a 1.000 cruzeiros mensais. E' isso que os tem auxiliado em seus orçamentos domésticos, porém são sempre muito afastados dos locais de trabalho.

VESTUÁRIO E ALIMENTAÇÃO

O problema do vestuário é dos mais sérios. Os metalúrgicos de São Paulo, em sua maioria, se vestem da maneira mais modesta, utilizando o sistema de compras a prestação, devido aos altos preços das roupas em geral. Não é por acaso que as chamadas lojas de calçados "turcos", que vendem sapatos mais baratos e ordinários, têm seus estoques esgotados por ocasião das festas de fim de ano.

Todavia, é na alimentação que se revela a maior dificuldade de vida dos metalúrgicos, assim como para os demais operários de São Paulo. A alimentação é sempre deficiente. Um estudo

feito pelo conhecido professor dr. F. Pompeu do Amaral, apresenta-nos o aumento do custo de alimentação em São Paulo:

ANO	CUSTO-CR\$	INDICE
1941 (2º sem.)	4.011	100
1945	9.662	241
1950	26.893	670
1955	41.240	1.028
1957 (dez.)	60.712	1.515

Quanto à variação do poder aquisitivo do cruzeiro, no tocante à alimentação, ela pode ser conhecida através do seguinte quadro, tendo-se como ano base 1941:

Variação do poder aquisitivo (Em março de cada ano)

1941	Cr.\$ 100,00
1945	Cr.\$ 47,51
1950	Cr.\$ 14,91
1955	Cr.\$ 9,72
1956	Cr.\$ 7,39
1957	Cr.\$ 7,37
1957 (dezembro)	Cr.\$ 6,61

Aos preços vigentes na cidade de São Paulo em dezembro de 1957, a alimentação mais barata custava Cr.\$ 60,71 por dia e por pessoa. As despesas mensais de 2 pessoas, com alimentação, eram então de Cr.\$ 3.642,72.

É sabido que a alimentação do trabalhador não pode ser considerada satisfatória; mesmo assim, as despesas com a alimentação ultrapassam os 50% das despesas em geral.

Em uma pesquisa efetuada entre trabalhadores metalúrgicos, encontramos depoimentos como o que se segue: «a alimentação é constituída de arroz, feijão e uma «mistura». A alimentação matinal é constituída de café sem pão e sem manteiga». Outros se alimentam uma vez por dia: almoçam ou jantam. Naturalmente, uma camada que percebe salários mais elevados, composta de uma minoria de trabalhadores, tem oportunidade de se alimentar melhor.



Metalúrgicos quando chegavam à Praça da Sé, em São Paulo, nos dias da grande greve de outubro.

INSTRUÇÃO — COISA IMPOSSÍVEL

A maioria dos trabalhadores metalúrgicos tem apenas instrução primária, sendo que muitos são analfabetos. Os pais de prole numerosa, muitas vezes mandam apenas um ou dois filhos à escola. Os operários que ganham o salário-mínimo, principalmente eles, chegam a retirar seus filhos dos grupos escolares por não poderem comprar o material escolar exigido. Apesar de tudo isso, observa-se na cidade de São Paulo grande falta de escolas primárias, para as crianças em idade escolar. Além disso, e ainda muito pequena a frequência às escolas profissionais relativamente ao número dos que necessitam delas.

ASSISTENCIA MÉDICA

HOSPITALAR

E DENTÁRIA

A assistência médica, hospitalar e dentária que é dispensada aos trabalhadores metalúrgicos revela da mesma forma, enormes deficiências. Embora se utilizem desses serviços no IAPI, em seu Sindicato e nas clínicas particulares, pode-se afirmar que a maioria dos metalúrgicos de São Paulo só vai ao médico depois de esgotados todos os recursos caseiros.

A propósito, é interessante conhecer-se a seguinte experiência: o Sindicato realizou uma grande assembleia para discutir se aumentava ou não as mensalidades, de Cr\$ 20,00 para Cr\$ 40,00, ou se passaria a cobrar uma taxa sobre determinados remédios que fornece gratuitamente; esse trabalho foi acompanhado de uma vasta consulta nas empresas.

Resultado: a maioria esmagadora dos associados votou pelo aumento das mensalidades, ajudando, assim, o Sindicato a proporcionar uma assistência médica, hospitalar e dentária ainda melhor. Isso se verifica porque o IAPI não vem cumprindo na verdade as finalidades para as quais foi criado.

OS SALÁRIOS SÃO SEMPRE BAIXOS

Segundo dados do IBGE, os

salários, em 1955, eram os seguintes, em média: Metalúrgicos Cr\$ 3.973,00 — Mecânicos Cr\$ 3.916,00 — Trabalhadores nas Ind de Material Elétrico Cr\$ 3.826,00. Um balanço levado a efeito em 45 empresas metalúrgicas da capital paulista, em 1957, antes da grande greve de outubro, apresentava uma média salarial de Cr\$ 4.000,00 a Cr\$ 4.200,00 mensais. Levando-se em conta que o nível do salário mínimo em São Paulo é de Cr\$ 3.700,00, vê-se que o mal remunerada é ainda a categoria profissional que opera nos setores básicos de nossa indústria.

A EXPLORAÇÃO DENTRO DAS EMPRESAS

De um modo geral as empresas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico estão introduzindo modificações nas linhas de produção, substituindo-as por novas. Isso tem conduzido à dispensa de velhos operários, cujas indenizações de direitos são prejudicadas por acordos irrisórios, que são obrigados a assinar. Esses velhos trabalhadores são substituídos por outros, que passa a perceber salários inferiores. Outras empresas estão se equipando com maquinário moderno, dispensando seus operários. O restante passa, então, a fazer o mesmo serviço que anteriormente era executado pela totalidade dos trabalhadores da empresa "modernizada".

A redução dos "prêmios" e "tarifas" são outras formas de exploração. Também a intensificação do ritmo de trabalho: está sendo muito comum nas empresas, exigir-se do operário a entrega em 15 minutos de peças que anteriormente eram feitas em 30 e até mais. No entanto, os salários não acompanham esse ritmo.

Outra forma de exploração bastante utilizada é representada pela transferência do operário de uma seção da fábrica para outra, de uma linha de produção para outra, a transferência de turnos diurnos para o trabalho noturno, isso para não admitir operários novos.

Em algumas empresas as condições de trabalho são tais, que nem mesmo no tempo do trabalho escravo existiam. Um exemplo: a Siderúrgica J. Aliperti, que sistematicamente tem resistido ao cumprimento de impor-

tantes direitos dos trabalhadores, consubstanciados em lei. Nessa empresa não há água, banheiros, chuveiros, vestiário, refeitório e nem mesmo torneiras no cano de água, para os trabalhadores matarem a sede. Uma única torneira, colocada sob pressão dos operários, perdese recentemente e o patrão cobrou \$ 5,00 de cada um dos 1.000 operários. Ali os operários chegam a trabalhar 24 e até 36 horas ininterruptas, e os patrões, usando de meios de sonegação, principalmente manobras com os preços constantes de contratos de trabalho, chegam a pagar, no fim do mês salários inferiores ao salário mínimo.

É ainda muito comum a exploração através dos "contratos de experiência", que vêm sendo adotados na maioria das empresas. A "experiência" varia de 30 dias a 9 meses. Principalmente as firmas americanas adotam hoje quase que exclusivamente a "experiência" de 9 meses.

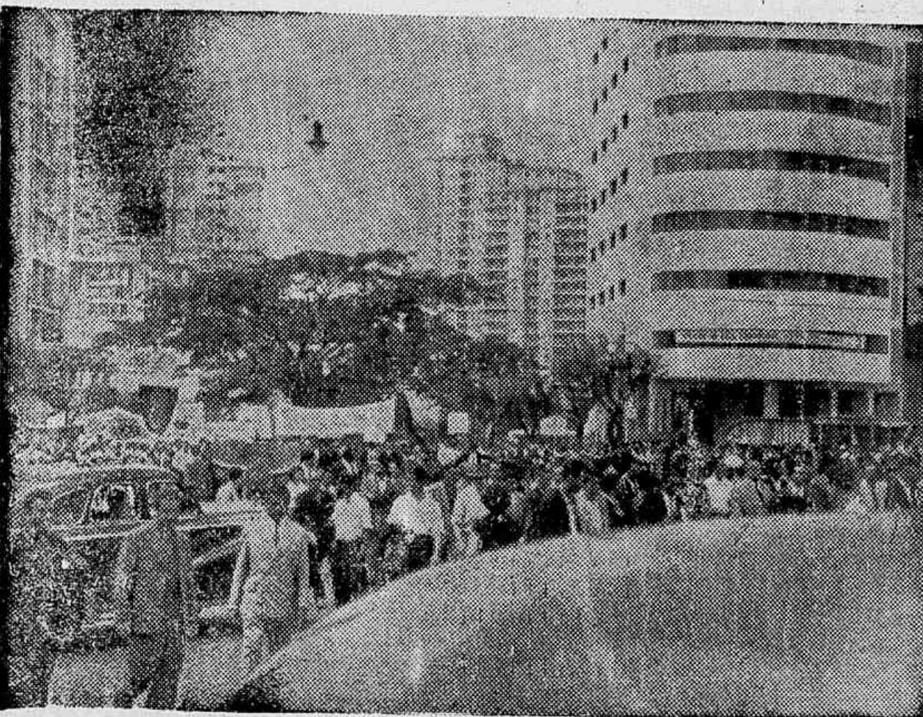
Há ainda empresas que dispõem de uma série de quartos para alugar a rapazes solteiros, com 4 "vagas" em cada um; o aluguel cobrado a cada operário é de Cr\$ 600,00 mensais.

Com relação à higiene no trabalho, a maioria das fábricas não tem privações suficientes, nem banheiros para os trabalhadores se levarem, nem iluminação nesses locais. Poucas empresas têm refeitórios e medicamentos de pronto socorro, conforme determina a Lei.

Descer a exploração nas empresas de propriedade norte-americana seria demasiado longo. Porém, pra dar uma idéia dessa exploração, é necessário que se diga o seguinte: além da "experiência" de 9 meses de trabalho, a maioria dessas empresas utiliza o método "Taylor", que consiste em medir os movimentos do operário em consonância com a máquina.

REFORÇA-SE O SINDICATO

Essa situação leva, como vimos em reportagem anterior, a um maior reforçamento do Sindicato. Os metalúrgicos adquirem com maior rapidez, consciência de classe e foram sua unidade. À base da luta por seus direitos e reivindicações. Ao mesmo tempo os metalúrgicos paulistas juntam seus esforços ao movimento nacionalista, na defesa das riquezas nacionais, da nossa indústria e das conquistas democráticas, caminho justo para a conquista de uma vida melhor.



Metalúrgicos em ação durante a greve de outubro de 1958



Correspondência

A BATALHA da DIFUSÃO

Nota-se certa estabilidade no conjunto da circulação de VOZ OPERÁRIA. Seria inexacto dizer-se que houve aumento ou diminuição, nestas duas últimas semanas. Se houve um aumento, embora pequeno, por outro lado fomos levados a interromper as remessas para alguns agentes do interior, cujos débitos ultrapassaram os limites suportáveis pela nossa economia. Mas há, de certo, estabilidade na difusão — uma difusão real.

A novidade na difusão da VOZ OPERÁRIA está em que S. Paulo (Capital) alcançou o nível de difusão da VOZ no D. Federal. A causa da queda no D. Federal foi a ausência de agentes da Orla Marítima e pequenos agentes avulsos cujas quantidades somadas influíram no nível da difusão.

Na Orla Marítima a queda na venda é de cerca de 40%. Não é bom sinal. Mas com a publicação do documento do CC do PCB, estamos certos de que VOZ OPERÁRIA se recuperará e se beneficiará dos resultados que o mesmo vai procurar em todos os setores até onde chega o nosso semanário.

É justo lembrar aos nossos pagadores integral das faturas e a necessidade de pagar as faturas de fevereiro até o fim

MAIS DE 100 MIL VIOLAÇÕES DOS DIREITOS OPERÁRIOS DOS METALÚRGICOS EM SÃO PAULO

O semanário VOZ OPERÁRIA, iniciará em sua edição de 15 de Março de 1958, n.º 457, uma série de três reportagens assinadas pelo líder metalúrgico Eugênio Chemp. A primeira reportagem abordará:

- Em 1931 tinha 130 associados — 1940 cerca de 400 e agora mais de 60 mil.
- A representação da corporação metalúrgica nos diversos congressos internacionais e no Brasil.
- As GRANDES GREVES e lutas dos metalúrgicos de São Paulo: 1951, 1952, 1953 e 1957. Contra o 9.070, já vitorioso na Câmara Federal a caminho do Senado da República.
- Entre as 5.000 empresas metalúrgicas, as mais importantes: Arno Motores — Atlas — Phillips do Brasil — Lorenzetti — Manoel Ambrosio Filho — Metalúrgica Paulista — Souza Nogueira — Siderúrgica Alpert — Bicycletas Monark — Elet. Indústria Walita e Ford, onde os operários reivindicam:

Aumento de salários, medidas contra a carestia, salário mínimo, Previdência Social, liberdades sindicais e democráticas, defesa da indústria nacional, novos mercados, contra o desemprego e pela independência econômica do Brasil.

RESERVE desde já seu exemplar: Todos os sábados em todas as bancas, Cr\$ 3,00 — Sucursal: Rua dos Estudantes, 144 — Fones: 32-6323 e 37-4983 — São Paulo.

AMIGO LEITOR: ajude-nos aumentar a difusão de VOZ OPERÁRIA, encomende já mais 1 exemplar para seu amigo ou companheiro.

Nossos agentes em São Paulo acabam de tomar algumas iniciativas dignas de ser imitadas, para se levar à frente o aumento da difusão de VOZ OPERÁRIA. Por exemplo, melhoraram a sua correspondência com a nossa redação, dando-lhe um caráter organizado; organizam "comandos" para a venda do jornal e iniciaram um intensa propaganda com volantes, como este que estampamos no clichê acima

LEIA O
«CAVALEIRO DA ESPERANÇA»
(A vida de LUIZ CARLOS PRESTES)
escrita por JORGE AMADO
A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS
Preço: Cr\$ 80,00
Editorial Vitória Limitada

Rua Juan Pablo Duarte 50 — Sobrado
(Atendemos pelo reembolso postal)

do corrente mês. Até esta data recebemos do interior, 25% menos do que em igual período do mês de fevereiro. Este fato nos causa apreensões e cria-nos dificuldades materiais.

RECLAMAÇÃO AOS CORREIOS: O nosso agente de Marília nos comunicou que até hoje não recebeu as nossas remessas das edições n.ºs 448, 449 450 e 455 todas entregues regularmente nas épocas oportunas. Outra reclamação nos chega do nosso assinante em Mirassol, logo a seguida a essa reclamação, os Correios nos devolvem o pacote de Mirassol com os seguintes dizeres: «Não reclamada». É extranhável esse procedimento nos Correios para o qual chamamos a atenção de quem de direito a fim de serem regularizadas as entregas de VOZ OPERÁRIA aos seus agentes e assinantes.

PAGAMENTOS DE 6/3 a 19/3/58: Salvador, Apucarana, Cruzeiro D'Oeste, Ampá, S. Paulo (2), João Pessoa, Barra do Piraí (AMA), Barra do Piraí (JS), Barra do Piraí (JE), Barra Mansa, Assis, Manaus, Curitiba (2), Três Rios, Cuiabá, Barretos, Campina, Grande (2), Floriano, Teresina, Montes Claros, Ataléia, Jaú, Diamantina, Uberaba, Maringá, Itaipava, Cornélio Procopio, S. S. Paraíso e Cabo Frio.

POSTA RESTANTE RIBEIRÃO PRETO — De Nazareno Clavatta recebemos com a data de 1º de março do corrente, uma carta sobre assuntos gerais.

CAMPO MOURÃO — Recebemos a carta assinada por Júlio Gonçalves e datada de 23/2/58. Aguardamos o endereço do missivista para responder às questões nela contidas, de vez que, através dessa seção, a resposta é impossível, por ser longa. Volte a escrever.

NOTA: CABO FRIO: Recebemos apenas Cr\$ 3.000,00 por conta do débito. A segunda remessa de dinheiro (Cr\$ 2.500,00), ainda não nos chegou às mãos.

O LIVRO DA SEMANA - DE 17 a 22 DE MARÇO

Incluimos em O LIVRO DA SEMANA, a grande e última obra de JACQUES ROUMAIN, a maior expressão intelectual do Haiti. Seu livro «DONOS DO ORVALHO» reflete bem o valor de sua cultura.

DESCONTO DE 20% em nosso balcão durante esta semana)
— EDITORIAL VITÓRIA LTDA. —
RUA JUAN PABLO DUARTE, 50 — Sobrado — Tel. 22-3613
— DISTRITO FEDERAL —

ADVERTÊNCIA PÚBLICA

Em reunião realizada em dezembro próximo passado, o Comitê Regional do Norte Paulista, do PCB decidiu fazer uma advertência pública a dois dos seus militantes: Mário Barbosa e Orandino Martins. Motivou tal medida a campanha divisionista de calúnias movida por aqueles camaradas contra o Comitê de Zona de Barretos.

Em sua nota de advertência, o C. R. do Norte Paulista faz um apelo a Mário Barbosa e a Orandino Martins para que reexaminem a sua conduta e procurem zelar pela unidade do Partido, condição precípua para a vitória da causa do proletariado.



COMICIO NACIONALISTA NA PARAIBA

JOÃO PESSOA (Do Correspondente) — Continua intensa a atividade do Movimento Nacionalista Brasileiro, seção da Paraíba. Prosseguindo na sua campanha de esclarecimento, mais dois comícios foram realizados nesta capital, um no centro da cidade e outro no populoso bairro de Cruz das Almas. Grande número de personalidades prestigiaram com sua presença os dois grandes atos, notando-se entre estas o deputado Jacob França, Secretário da Agricultura do atual governo da Paraíba.

LEIA, ASSINE E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA

«Plano Rapacki» Pode Ser o Primeiro Passo Para o Desarmamento

(CONCLUSÃO DA 2ª PAG)

O sistema de fiscalização estabelecido para essa zona desatomizada poderia constituir uma experiência útil quando da aplicação de acordos mais amplos sobre o desarmamento.

2) Para assegurar a realização dos compromissos propostos, seria preciso criar um sistema de fiscalização apropriado, com a participação, por exemplo, de representantes nomeados (eventualmente «Ad personam») pelos órgãos da N. A. T. O., e do Pacto de Varsóvia. Poderiam também participar dele os cidadãos ou representantes de Estados que não fizessem parte de nenhum equipamento militar na Europa. O funcionamento e a prestação de contas do aparelho de controle podem ser objeto de outros entendimentos.

IV — A forma mais simples para estabelecer os compromissos dos Estados da zona desatomizada, seria a conclusão de um acordo internacional a esse respeito. Entretanto a fim de evitar as dificuldades que certos Estados poderiam ver numa tal solução, poder-se-ia:

1) Reunir esses compromissos sob a forma de quatro declarações unilaterais, reves-

tidas do caráter de compromissos internacionais confiados a um depositário escolhido de comum acordo;

2) Reunir os compromissos das grandes potências sob a forma de documento coletivo ou declarações unilaterais (como acima, na alínea 1).

3) Reunir os compromissos dos outros países com tropas estacionadas no território da zona, em forma de declarações unilaterais (como acima, na alínea 1).

Para dar prosseguimento às moções acima enumeradas, o Governo da República Popular da Polónia propõe o entabulamento de conversações, visando a elaboração mais pormenorizada do plano de criação da zona desatomizada, de documentos e garantias a respeito, assim como do meio de fazer entrar em vigor os compromissos assumidos.

O Governo da República Popular da Polónia está em condições de afirmar que a aceitação das propostas referentes à criação de uma zona desatomizada na Europa Central facilitará a obtenção de um acordo a respeito de uma conveniente redução de armas convencionais e de tropas estrangeiras estacionadas nos territórios dos Estados compreendidos na zona

Os fenômenos sociais de nossos dias são élos da mesma corrente que se arrasta desde os primórdios da Humanidade. Conheça-os lendo os Clássicos do Marxismo

POLÍTICA

Obras Escolhidas, I Vol. (Karl Marx)	90,00
Obras Escolhidas, I Vol. (Lênin)	25,00
Obras Escolhidas, II e III Vols.: (Lênin) Cada	45,00
Questões Fundamentais do Marxismo (G. Plekanov)	50,00
Concepção Materialista da História (G. Plekanov)	35,00
Teoria Marxista do Conhecimento (M. Rosental)	30,00
O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte (Karl Marx)	40,00
As Lutas de Classes na França (Karl Marx)	40,00
Salário, preço e Lucro (Karl Marx)	10,00
O Socialismo e a Emancipação da Mulher (Lênin)	20,00

FILOSOFIA

Materialismo Dialético (Manual) (Inst. de Filosofia da URSS)	80,00
Da Teoria Marxista do Conhecimento (M. Rosental)	30,00

CIÊNCIA

A Origem da Vida (A. Opárin)	50,00
A Albumina e a Vida (A. E. Braustein)	25,00
O Parto Sem Dor (Lamaze)	120,00
O Voo no Espaço Cósmico (A. Sternfeld)	100,00
O A. B. O. do Sistema Solar (V. G. Fesenkov)	100,00

EDUCAÇÃO

A Educação na URSS. (Paschoal Lemme)	50,00
A Educação Norte-Americana em Crise (Prefácio de Paschoal Lemme)	70,00
O Socialismo e a Educação dos Filhos (A. S. Makarenko)	40,00
A Educação Comunista (M. I. Kallinin)	35,00

Nosso Endereço: Editorial VITÓRIA Ltda.
Rua Juan Pablo Duarte, 50 — Sobrado —
Distrito Federal — Telefone: 22-1613

ATENDE-SE PELO REEMBOLSO

Frente Única Nacionalista em Todo o País Para Impedir a Vinda da American Can Co.

Iniciada a campanha popular no Rio e em S. Paulo — Portuários santistas afirmam que não desembarcarão as máquinas do truste americano — Importância da indústria nacional de latarias — 440 fábricas com dezessete mil operários

REPORTAGEM de *Jragmon Carlos Borges*

Desenvolve-se em todo o país, particularmente no Distrito Federal e em São Paulo, um movimento de protesto contra a vinda para o Brasil do truste de latas American Can. A decisão iníqua, inoportuna e anti-nacional do Conselho da SUMOC autorizando a transferência de máquinas e equipamentos usados dos Estados Unidos, em condições cambiais privilegiadas, destinadas à Metalgráfica Canco S. A., subsidiária daquele truste em São Paulo, determinou rápida movimentação das forças nacionalistas e sua aglutinação em ampla frente única em defesa da indústria nacional.

Industriais dos mais diferentes ramos da produção, em particular do ramo de estampanaria, operários, estudantes e jornalistas, ligados pelos mesmos interesses, coordenam as suas forças e se lançam em vigorosa campanha popular de denúncia dos graves inconvenientes que representa aquela decisão da SUMOC e de mobilização da opinião pública para fazer sentir ao Governo a necessidade de revogação imediata a mesma por assim exigirem os interesses da indústria nacional e do desenvolvimento independente de nossa economia.

LANÇA AS RUAS O MOVIMENTO DE PROTESTO

Diante da resistência dos elementos entreguistas infiltrados no seio do Governo em proceder à necessária revisão e anulação daquele ato do Conselho da SUMOC, o movimento de protesto ganha as ruas numa oportuna demonstração de vitalidade das forças nacionais brasileiras. Intensa propaganda através de faixas, cartazes e das colunas da imprensa vem sendo realizada pelos patrocinadores desse movimento, como parte indispensável de seu programa de esclarecimento e mobilização da opinião pública de todo o país. Ato público já foram realizados no Rio e em São Paulo, marcando de forma vigorosa o início de uma campanha popular que se estenderá pelas principais cidades brasileiras e está destinada a obter os melhores resultados pelo seu caráter unitário e pelas justas reivindicações que defende.

A UNE ABRE O CAMINHO

Dando início à campanha no Distrito Federal, a sua comissão organizadora composta de líderes sindicais, dirigentes estudantis, próceres nacionalistas e representantes dos industriais, promoveu 5ª feira passada, na sede da União Nacional dos Estudantes, um grande ato público de repulsa à American Can e pela revogação do ato da SUMOC permitindo a sua instalação em nosso país.

Durante o ato, que transcorreu em clima de sadio patriotismo, falaram numerosos oradores — dr. José Frejat, secretário-geral do Movimento Nacionalista Brasileiro, deputado Aurélio Viana, do Partido Socialista Brasileiro, acadêmico Marcos Heusi, presidente da UNE, José Blazzoil, da Faculdade Nacional de Direito, líder sindical Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e muitos outros.

O dr. Frejat, em seu discurso, depois de hipotecar ao movimento a solidariedade ativa da organização que dirige, frisou que o truste American Can já foi processada

várias vezes nos Estados Unidos por desrespeito à lei anti-truste, e que a sua vinda para o Brasil representaria uma brecha na trincheira nacionalista. O líder sindical Benedito Cerqueira, representando mais de 30 mil operários metalúrgicos, disse que naquele momento estava formada a Frente Estudantil Operária de combate aos Trustes. Aliás, acrescentou, os estudantes sempre estiveram ao lado dos trabalhadores, colaborando para o nosso engrandecimento e defendendo os nossos interesses, como aconteceu há tempos quando se pretende aumentar o preço das ações de bondes. Concluindo, afirmou que os trabalhadores e estudantes saberiam, daqui por diante, lutar irmanados em defesa da emancipação do Brasil.

GRANDE COMÍCIO REALIZADO EM S. PAULO

Lançada a campanha na capital paulista, foi realizada na sexta-feira passada um grande comício na praça da Sé que se constituiu em grandiosa manifestação popular de protesto contra a decisão da SUMOC e a vinda para o país da American Can. Com uma assistência superior a oito mil pessoas, e a presença de numerosas personalidades — deputados estaduais e federais, o vice-governador do Estado, general Porfírio da Paz, líderes estudantis e sindicais — a manifestação popular transcorreu em ambiente de muito entusiasmo e combatividade, numa demonstração evidente de que o povo paulista não está disposto a permitir de braços cruzados a concretização do ato impatriótico do Conselho da SUMOC. Durante o ato falaram numerosos oradores, todos unânimes em verberarem a atitude da SUMOC e condenarem a instalação em nosso país daquele truste norte-americano.

PORTUÁRIOS SANTISTAS TOMAM POSIÇÃO

Também na cidade portuária de Santos grande o descontentamento provocado por aquela decisão da SUMOC. Industriais, operários e estudan-



Última reunião de estudantes e dirigentes sindicais na sede da UNE, quando foram tomadas medidas para o prosseguimento da campanha contra a American Can

tes manifestam o seu protesto contra a pretensão da American Can de instalar-se em nosso país, e exigem a imediata revogação do ato que autorizou a importação de máquinas para a subsidiária daquele truste norte-americano.

Particular importância, dentro desse movimento geral de protesto, têm as reiteradas declarações de vários líderes sindicais de que os portuários santistas não desembarcarão as máquinas e equipamentos daquele truste, caso o governo não revogue a decisão da SUMOC.

2. — CONTRÁRIA AOS INTERESSES NACIONAIS A VINDA DA AMERICAN CAN

Não há hoje uma só pessoa de bom senso, interessada realmente no desenvolvimento independente da economia nacional, que não reconheça o caráter profundamente nocivo para a indústria brasileira, do ato da SUMOC autorizando a American Can a importar, sem cobertura cambial, máquinas destinadas à instalação de uma fábrica de latas em nosso país. Somente aquele organismo governamental, em que pesem os fundamentados protestos de entidades das mais representativas da indústria brasileira, continua pretendendo fazer crer que a sua decisão em nada prejudica os interesses de nossa pátria.

Cedendo à confessada pressão de grupos internacionais, e apoiada nos elementos entreguistas do Governo, a

SUMOC resiste tenazmente a proceder a necessária revisão de seu ato.

IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA NACIONAL DE LATARIA

Pelo último censo industrial, de 1950, podemos aqulatar a grande importância já alcançada no conjunto da produção industrial brasileira, pelo ramo de estampanaria, lataria e funilaria, em que pese o fato de suas fábricas trabalharem com apenas 50% de sua real capacidade de produção.

Pelos dados publicados pelo IBGE vemos que, naquele ano, existiam no país cerca de 440 fábricas, ocupando mais de 17 mil operários e produzindo mercadorias no valor global superior a um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros. Em São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul localizam-se 341 estabelecimentos, cuja produção representa 90% do valor da produção global do ramo em todo o país. Também considerável é o contingente representado por Pernambuco, com 21 fábricas, ocupando 836 operários e produzindo

Especificação

1/4 de galão	133.800.000	25.500.000
1 galão	7.840.000	900.000
5/4 de galão	14.800.000	1.570.000
5 galões	7.470.000	190.000
Tambores	930.000	284.000
Tamboretas	4.600.000	1.234.000

Capacidade Produção em UNIDADES

133.800.000	25.500.000
7.840.000	900.000
14.800.000	1.570.000
7.470.000	190.000
930.000	284.000
4.600.000	1.234.000

Fonte: Serviço Banas

IMPOSSÍVEL CONCORRÊNCIA COM O TRUSTE AMERICANO

Vemos, assim, que nada justifica a decisão da SUMOC permitindo a instalação de uma fábrica da American Can, em condições privilegiadas. A vinda para o Brasil daquele truste norte-americano determinaria, inevitavelmente, a liquidação da indústria nacional de latarias. Impossível, às nossas fábricas, concorrer vantajosamente com aquele poderoso truste, e a capacidade consumidora do mercado não comporta a existência, sem uma encarniçada concorrência, das fábricas nacionais e de uma fábrica da American Can, com todo o seu poderio econômico e financeiro e ainda mais em condições cambiais privilegiadas.

Além disso, é bom salientarmos o fato de que os maiores consumidores da produção na-

mercadorias no valor de 60 milhões de cruzeiros; Minas Gerais, com 28 fábricas, ocupando 930 operários e produzindo mercadorias no valor de 54 milhões de cruzeiros; e o Estado do Rio, com 16 fábricas, ocupando 500 operários e produzindo 36 milhões de cruzeiros de mercadorias. O contingente maior se localiza em São Paulo. Em 1953, existiam ali 141 fábricas, com uma produção superior a 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros.

Toda essa indústria genuinamente nacional, cujos equipamentos são fornecidos pela indústria mecânica brasileira, vem operando em nível muito abaixo de sua real capacidade de produção, em vista da pequena demanda do mercado consumidor nacional. Embora esse mercado venha se desenvolvendo regularmente e tenha grandes possibilidades de crescimento, a atual indústria brasileira de latarias está em condições de atender por longo tempo, sem ampliar suas instalações atuais, todas as suas necessidades do produto.

O quadro abaixo nos dá uma idéia da diferença entre a capacidade de produção de nossa indústria de lataria e a produção efetiva que ela vem realizando:

cional de latarias são firmadas norte-americanas aqui instaladas, com as empresas petrolíferas, fábricas de carne enlatada, etc. Naturalmente, com a instalação da American Can essas empresas passariam a fazer suas encomendas àquele truste, deixando as fábricas nacionais a olhar navios... Dono de um gigantesco patrimônio, e transferindo para o Brasil máquinas já amortizadas nos Estados Unidos, aquele truste pode desencadear em nossos mercados um "dumping" arrasador, a fim de levar à falência as suas concorrentes nacionais, monopolizar o mercado e passar, então, a ditar preços estorsivos.

Assim, é profundamente nociva à indústria nacional a instalação de uma fábrica da American Can em nosso país.

3. — FRENTE ÚNICA PARA DERROTAR O TRUSTE AMERICANO

O que tem caracterizado o movimento de repulsa à decisão da SUMOC, tão bem iniciado nesta cidade e em São Paulo, é o seu caráter profundamente unitário. Operários e patrões, impelidos por interesses comuns, dão-se as mãos e mobilizam as suas forças para impedir que se concretize tão profundo golpe na economia nacional. Os industriais através de suas entidades representativas, os operários através de seus poderosos e influentes sindicatos, e os estudantes organizados em suas entidades, conjugam as seus esforços e lançam-se nessa luta eminentemente nacionalista.

A experiência desse movimento contra a American Can mostra-nos que é possível unir em ampla frente única elementos das mais diversas correntes políticas, e cujos interesses sociais são os mais diferentes, na luta por objetivos comuns tão importantes como os da defesa da indústria nacional e da emancipação econômica do Brasil. O que se torna indispensável é que se estenda esse movimento a todo o país, que se amplie as suas fileiras, e que se reforcem na ação as bases do Movimento Nacionalista Brasileiro.



Uma grande multidão compareceu à Praça da Sé para reafirmar a sua decisão de lutar contra a vinda americana da lataria